

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO/MG - CONCURSO PÚBLICO**DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)****I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao Concurso de Provas destinado ao preenchimento de vagas do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vermelho Novo/MG - Concurso Público e formação de cadastro reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no Edital.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome
200360000136	Robson Junior Mendes Teixeira
200360000654	Gabriel Victor Luciano
200360001089	Aquila Rafael Meira De Almeida Vieira
200360000406	Laís Patrícia Patrícia De Oliveira
200360000606	Priscylla De Oliveira Vieira Ferreira
200360001005	Laís Emanuelle Mendes Ferreira
200360001429	Miryan Geralda Da Silva Fagundes
200360000047	Guilherme De Melo Ferreira
200360001107	Maria Luiza Pereira Mendonça
200360000074	Wilhan Santos Pereira Custodio
200360000137	Robson Junior Mendes Teixeira
200360000192	Luã Condé
200360000250	Merinice Das Dores Campos Lucas
200360001329	Mariane Correia Gomes
200360000038	Gabriela Fialho Freire
200360000154	Renata Domingos Bastos
200360000203	Lavinia Das Dores Miguel
200360000361	Samuel Vieira De Castro
200360000739	Reny Elcio Guicardes De Oliveira
200360000585	Gilmar Fernandes Pinto Amaral
200360000650	Gislaine Mirele Ramos Amaral
200360001300	Cleidiana Lima Pereira

Inscrição	Nome
200360001702	Sharliel Augusto De Almeida Alves
200360000186	Maria Izabel De Almeida Lopes
200360000422	Jorge Lacerda De Queiroz Oliveira
200360000253	Merinice Das Dores Campos Lucas
200360000027	Joel Ferreira
200360000502	Ulisses Lopes Guedes
200360001655	José Odair De Souza
200360000033	Joel Ferreira
200360000434	Larissa Rios Tessarini
200360000535	Lívia Carvalho Sette Abrantes
200360000579	Patrícia Dornelas Almeida Afonso
200360000026	Erika Milene Da Silva Fialho
200360001299	Sara Cristina Silvavieira
200360000173	Rafael Campbell Lopes
200360001316	Maria Eli Barbosa Bastos
200360001601	Fabiana Elias Da Silva Andrade
200360000457	Gislene Martins Costa
200360001325	Mônica Fernandes Ferreira
200360000078	William Dos Anjos Rossinol Ferreira
200360000167	Micaias Irlã Chaves
200360000291	Yago Rocha De Souza Lima
200360000300	Micaela Rosa Gomes Silva
200360000392	Karine Terezinha Coelho
200360001235	Anaflavia Oliveira De Souza Dos Reis
200360001284	Maykon Oliveira Da Silva
200360001399	Emerson Cássio Dos Santos Silva
200360000168	Micaias Irlã Chaves
200360001290	José Odair De Souza

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente Administrativo

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A palavra VERMELHO possui 8 letras no total, sendo que a letra E aparece 2 vezes. Desta forma, o número de permutações com repetição é dado por

$$P_{8,2} = \frac{8!}{2!} = \frac{8 \cdot 7 \cdot 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1}{2 \cdot 1} = 20160$$

Fonte:

- IEZZI, Gelson et al. Matemática: ciência e aplicações: volumes 1, 2 e 3: ensino médio. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta da questão é a letra A) Utilizar a opção “Inserir”, e, na sequência, “Quebra de Página”.

Esse é o procedimento adequado quando se deseja iniciar o conteúdo em uma nova página, mesmo que a anterior ainda não esteja completa. O Word insere automaticamente uma quebra ao final de cada página, mas o usuário também pode inserir manualmente uma quebra de página no ponto desejado.

Para isso:

Coloque o cursor onde deseja que o texto seja interrompido.

Vá em Inserir > Quebra de Página.



A alternativa B) não menciona quebra de página e sim criação de Colunas

B) Clicar em “Layout”, e em seguida, “Colunas”, para dividir a página.

A opção “Layout > Colunas” é utilizada no Word para dividir o texto em duas ou mais colunas dentro da mesma página, recurso comum em jornais e revistas. Ela não está relacionada à criação de uma nova página ou à organização de seções que precisem começar em página seguinte.

Ainda que a alternativa mencione um caminho no menu “Layout”, o comando citado não corresponde ao que a questão pede. O correto seria “Layout > Quebras > Próxima Página”, quando se deseja iniciar uma nova seção em outra página, ou o caminho indicado na alternativa A (Inserir > Quebra de Página).

Assim, a alternativa B está incorreta porque colunas não equivalem a quebra de página ou de seção. Portanto, a única alternativa correta é a letra A.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se resolve pela interpretação do conceito de cada uma das garantias constitucionais, que são distintas e não dão a mesma garantia. O ato jurídico perfeito, que é, de fato, a resposta correta, está configurado pelo fato do indivíduo já ter exercido um direito, estando este direito já exercido e configurado, quando lei ulterior modifica os requisitos para o exercício de determinado ato. O que não pode atingir aquele que já fez e já terminou o ato no passado. Exatamente o caso concreto. O direito adquirido, indicado pelos recorrentes, configura-se pelo indivíduo ter cumprido requisitos para o exercício de um direito específico, sujeito a regras legais que tenham sido todas cumpridas antes de eventual alteração da lei. Entretanto, direito o qual o indivíduo não o requisitou antes da alteração. Uma vez que este direito poderia ser exercido pelo indivíduo em data anterior à alteração da lei, sem qualquer outro ato por parte deste que não requerer o reconhecimento do direito, isto é um direito adquirido. A carteira de habilitação em tela, foi efetivamente adquirida pelo indivíduo; logo o ato jurídico é perfeito e não se trata de caso de direito adquirido.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão, como informada em seu enunciado, foi realizada a partir da Lei Complementar Municipal 007/1998, que “Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo/MG”. Foram utilizados os artigos 23, 25, 32, 33 e 39 da referida Lei Complementar.

Acerca do inciso II, traz-se o artigo Art. 32 que dispõe que “Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.”. Já o art. 39, nos informa que “Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.”. Portanto o conceito trazido no inciso II, refere-se ao conceito de Reversão, trazido no art. 39 e não Reintegração, eis que o conceito presente na assertiva contraria o artigo 39 da Lei complementar. Errada a assertiva II.

Acerca da assertiva III - “Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.”, trata-se de cópia *ipses literis* do artigo 25 da Lei complementar: “Art. 25 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.”, sendo assim, deve a banca considerá-lo correto.

Fontes:

- Lei Complementar Municipal 007/1998 - Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo/MG

Art. 23 - Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizado com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

(...)

Art. 25 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

(...)

Art. 32 - Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

(...)

Art. 33 - Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinados para concessão da aposentadoria.

(...)

Art. 39 - Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Cargo: Assistente Social da Educação

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a resposta do entrevistado à primeira pergunta, é possível afirmar que:” a alternativa “D) Ele responde à pergunta feita ampliando sua resposta com informações que lhe são pertinentes.” foi adequadamente indicada como correta, de acordo com o trecho transcrito a seguir:

“BBC News Brasil - Qual a definição de racismo recreativo?

Adilson José Moreira - O humor racista é uma forma com que pessoas brancas e instituições controladas por pessoas brancas expressam condescendência e ódio por minorias raciais, para reproduzir a ideia de que só pessoas brancas podem atuar de forma competente no espaço público. É um meio dessas pessoas ainda manterem uma visão, uma imagem positiva de si mesmos. O racismo recreativo tem sido usado no Brasil e em outros países para reproduzir a ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes.”

Segundo Moreira (2019) “Racismo recreativo: “conjunto de práticas sociais que operam por meio do uso estratégico do humor hostil, do humor racista”. “Uma análise do conteúdo de piadas e brincadeiras racistas demonstra que seu conteúdo reproduzem uma série de estereótipos raciais baseados na suposta inferioridade moral, intelectual, estética, biológica, cultural de minorias raciais” ; portanto, há uma resposta abrangente que é ampliada, a resposta não se dá de forma objetiva, mas de modo ampliado, conforme alternativa indicada pelo gabarito.

Fontes:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura, 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Coesão textual. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Texto e coerência. 7. ed. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A reescrita para o trecho “O racismo recreativo tem sido usado no Brasil e em outros países para reproduzir a ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes.” (2º§) que preserva a correção gramatical e semântica está indicada em:” a alternativa “C) O racismo recreativo é usado no Brasil e em outros países com o objetivo de reproduzir a ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes.” foi adequadamente indicada como correta. O pretérito perfeito composto (tem + particípio) indica uma ação reiterada ou durativa que começou no passado e chega ao presente: O racismo recreativo tem sido usado em piadas cotidianas. O presente do indicativo indica um fato atual, habitual ou atemporal: O racismo recreativo é usado em piadas cotidianas. Em alguns contextos o efeito de sentido, como em textos argumentativos, para a interpretação global, a produção de sentido equivalente indica uma ação atual e reiterada. A alternativa “A) A ideia de que minorias raciais

não são atores sociais competentes tem sido usada no Brasil e em outros países para reproduzir o racismo recreativo.” não pode ser indicada como correta. Em “A ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes tem sido usada no Brasil e em outros países para reproduzir o racismo recreativo.” o sujeito é “a ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes.” A ideia é a causa, o racismo recreativo é o efeito. Já em “O racismo recreativo tem sido usado no Brasil e em outros países para reproduzir a ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes.”, o sujeito é “o racismo recreativo”. Portanto, o racismo recreativo é a causa, e a ideia é o efeito.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observando a estrutura morfológica das palavras a seguir, assinale a alternativa cujos exemplos demonstram vocábulos que apresentam o mesmo processo de formação.”, a alternativa “D) “recreativo” (1º§); “estratégico” (6º§); “cordialidade” (8º§).” foi adequadamente indicada como correta. As palavras são formadas por estruturas menores, com significados próprios. Para isso, há vários processos que contribuem para a formação das palavras. As palavras podem ser subdivididas em estruturas significativas menores - os morfemas, também chamados de elementos mórficos: – radical e raiz;– vogal temática;– tema;– desinências;– afixos;– vogais e consoantes de ligação. Radical: Elemento que contém a base de significação do vocábulo. Processos de formação das palavras: Composição: Formação de uma palavra nova por meio da junção de dois ou mais vocábulos primitivos. Temos: Justaposição: Formação de palavra composta sem alteração na estrutura fonética das primitivas, exemplos: passa + tempo = passatempo; gira + sol = girassol. Aglutinação: Formação de palavra composta com alteração da estrutura fonética das primitivas, exemplos: em + boa + hora = embora; vossa + mercê = você. Derivação: Formação de uma nova palavra a partir de uma primitiva. Temos: Prefixação: Formação de palavra derivada com acréscimo de um prefixo ao radical da primitiva, exemplos CONter, INapto, DESleal. Sufixação: Formação de palavra nova com acréscimo de um sufixo ao radical da primitiva, exemplos: cafezAL,meninINHa, loucaMENTE. Parassíntese: Formação de palavra derivada com acréscimo de um prefixo e um sufixo ao radical da primitiva ao mesmo tempo, exemplos: EMtardECER, DESanimADO, ENgravidAR. Derivação imprópria: Alteração da função de uma palavra primitiva, exemplo: Todos ficaram encantados com seu andar: verbo usado com valor de substantivo. Derivação regressiva: Ocorre a alteração da estrutura fonética de uma palavra primitiva para a formação de uma derivada. Em geral de um verbo para substantivo ou vice-versa, exemplos: combater – o combate; chorar – o choro.

Recreativo: Palavra primitiva/base: recrear (verbo que significa "divertir", "entreter"). Processo de formação: Derivação sufixal: Sufixo: -ivo (forma adjetivos com o sentido de "relativo a" ou "capaz de") recrear + -ivo = recreativo (adjetivo: que proporciona ou se relaciona com recreação/diversão).

Estratégico: Palavra base: estratégia. Processo de formação: Derivação sufixal: Sufixo: -ico (forma adjetivos com o sentido de "relativo a") estratégia + -ico = estratégico (adjetivo: relativo a estratégia).

Cordialidade: Palavra base: cordial (adjetivo, que significa "afetuoso", "gentil"). Sufixo: -idade (forma substantivos abstratos a partir de adjetivos, indicando qualidade ou estado) cordial + -idade = cordialidade (substantivo abstrato: qualidade de ser cordial, amável)

Negras: Flexão de gênero e número

Asiáticas: Derivação sufixal + flexão de gênero/número

Indígenas: Flexão de número

Insustentável: Palavra base: sustentar (verbo) Processos envolvidos: Prefixação: in- (negação) Sufixação: -ável (forma adjetivos com sentido de "que pode ser") Formação intermediária: sustentar ? sustentável (que pode ser sustentado) ? insustentável (que não pode ser sustentado) Tipo de formação: Derivação prefixal e sufixal

Supremacia: Palavra base: supremo (adjetivo, que significa "máximo", "superior") Sufixo: -acia (forma substantivos abstratos relacionados à qualidade ou condição) supremo + -acia ? supremacia (condição de ser supremo) Tipo de formação: Derivação sufixal

Democracia: Elementos de origem grega: demos = povo kratos = poder, governo Processo: Composição erudita (ou culta) – junção de radicais gregos Tipo de formação: composição por justaposição. Palavra composta por dois radicais gregos: demo- (povo) + -cracia (poder)

Miscigenado: Derivação sufixal (-ar, depois -ado) racismo Derivação sufixal (-ismo, a partir de "raça")

A alternativa "A) "negras" (6º§); "asiáticas" (6º§); "indígenas" (6º§)." não pode ser indicada como correta.

Negras: Palavra primitiva: negro. Formação: aqui não há derivação nem composição — apenas flexão de gênero e número (negro ? negra ? negras). Asiáticas: Palavra primitiva: Ásia. Formação: derivação sufixal (Ásia + -ático ? asiático; depois, flexão de gênero e número: asiática ? asiáticas). Processo: derivação sufixal + flexão. Indígenas: Palavra primitiva: vem diretamente do latim indígena ("nativo"). Para a gramática tradicional, não há derivação em português; é um caso de palavra derivada eruditamente do latim (empréstimo erudito). Depois recebe apenas flexão de número (indígena ? indígenas). Processo: derivação erudita (latina) + flexão. A alternativa "B) "exclusão" (8º§); "supremacia" (6º§); "democracia" (7º§)." não pode ser indicada como correta. A palavra exclusão é derivada de excluir por meio da derivação sufixal, com o acréscimo do sufixo nominal -ção, que forma substantivos de ação ou efeito. Portanto, exclusão é formada por derivação sufixal. Como "democracia" é formada por composição por justaposição, conforme expresso anteriormente, não pode a alternativa "B" ser indicada como correta.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Diante da estrutura e ideias textuais apresentadas, pode-se afirmar que o texto tem como principal finalidade:", a alternativa "D) Apresentar informações obtidas sobre o tema desenvolvido

por meio de perguntas e respostas.” foi adequadamente indicada como correta. A entrevista é um gênero textual produzido pela interação entre duas pessoas, ou seja, o entrevistador, responsável por fazer perguntas, e o entrevistado, que responde às perguntas.

A entrevista possui uma função social muito importante, porque ela propõe um debate e através dela podemos obter esclarecimentos, formar uma opinião e nos posicionarmos de forma crítica. O texto da entrevista é marcado pela oralidade e, geralmente, tem função informativa. Há entrevistas de emprego, psicológicas, sociais, jornalísticas, por exemplo, as quais são veiculadas, sobretudo, pelos jornais, revistas, internet, televisão ou rádio. A entrevista é um gênero de caráter interacional, geralmente entre duas pessoas, organizado em turnos com uma pequena introdução sobre o entrevistado e o tema. O intercâmbio pode ser registrado em áudio e/ou vídeo e assim ser exibido (nos suportes em que a linguagem audiovisual é permitida), ou ser posteriormente transcrito e editado para publicação por escrito. A entrevista ainda pode ser feita com a interação já por escrito (por e-mail, por exemplo). O objetivo desse gênero é obter informações sobre a pessoa entrevistada ou sobre um tema/fato que a envolva. A alternativa “B) Promover a interação entre dois interlocutores acerca de assunto cotidiano da sociedade.” não pode ser indicada como correta. O texto, a entrevista transcrita, não tem como principal finalidade promover a interação, tal interação ocorre anteriormente ao texto. A alternativa “C) Debater o racismo como questão de interesse nacional em todos os segmentos da sociedade.” não pode ser considerada correta. O principal objetivo de uma entrevista não é debater, ainda que um debate possa ser estabelecido a partir das respostas apresentadas ao longo da entrevista. O enunciado questiona acerca da principal finalidade e não das possíveis finalidades.

Fontes:

- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO,
- A.P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) Gêneros Textuais e Ensino.
- Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.
- MEDINA, C. Entrevista - O diálogo possível. São Paulo: Ática, 1986.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “De que maneira o humor racista se manifesta no Brasil?” (3º§), pode-se afirmar que o termo destacado:”, a alternativa “A) Remete à expressão “humor racista”. ” foi adequadamente indicada como correta. Os pronomes reflexivos indicam que o sujeito pratica uma ação verbal sobre si mesmo. Exemplos: Olhei-me ao espelho e vi que estava realmente pálida. Penteou-se e saiu. Os Pronomes Reflexivos são: se, si e consigo. Além desses, há pronomes oblíquos átonos que assumem essa função: me, te, nos e vos. Exemplos: Levantou-se, vestiu-se e correu para pegar o ônibus. Eles banharam-se e voltaram para apanhar sol. Odiei-me pela atitude que tive ontem. Aconchegamo-nos no sofá. Levantai-vos! Uma vez que o sujeito pratica e recebe a ação, o objeto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito, de modo que o pronome reflexivo pode funcionar como objeto direto ou indireto.

Pronome Recíproco: Neste caso, há mais do que um sujeito praticando uma ação verbal reciprocamente ou, um sobre o outro. Exemplos: O prefeito e o vereador cumprimentaram-se antes do início da sessão. João e Maria amam-se. A palavra “se” é um pronome oblíquo átono usado para formar a voz reflexiva ou passiva sintética, e deve vir ligado ao verbo com hífen, conforme as regras do português. O pronome é sempre escrito como “se”, nunca “si” nesse tipo de construção. Exemplo correto: Ela manifesta-se com firmeza. “Si” só é usado como pronome reflexivo tônico em construções como: “Ela falava de si mesma.” “Ele pensava apenas em si.” “O humor racista” é o sujeito. “Se manifesta” é a forma verbal pronominal do verbo manifestar-se, usada aqui de forma reflexiva, indicando que o próprio humor racista está se revelando ou se expressando. A alternativa “B) Tem como referente o termo “maneira”. ” não pode ser indicada como correta conforme expresso anteriormente. A alternativa “D) Seu emprego na estrutura proposta é facultativo, sem alteração de sentido.” não pode ser indicada como correta. Ao retirarmos o “se” teríamos: “De que maneira o humor racista manifesta no Brasil?” o que exigiria o complemento verbal para o verbo “manifestar” podendo tal verbo apresentar-se como verbo transitivo direto, bitransitivo e pronominal.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. rev. e ampl. São Paulo: Nova Fronteira, 2021.
- BEZERRA, Rodrigo. Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos. 6ª edição - São Paulo: Editora Método, 2013.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão é cristalino: "Na forma do art. 7º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que contém direitos dos trabalhadores urbanos e rurais." A questão não exigiu que fossem informados todos os direitos, mas sim que o candidato tivesse conhecimento do teor do art. 7º da CF/88 e seus incisos.

A alternativa D corresponde ao comando do inciso I do art. 7º da Constituição Federal de 1988:

"Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos"

As demais alternativas possuem, todas, alterações do texto contido nos incisos do citado art. 7º da CF, que as tornam incorretas.

Diante do exposto, julgo improcedente o recurso.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme artigo 36, da Lei Orgânica do Município de Vermelho Novo, os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato, e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos. A inviolabilidade se restringe ao Município, não ao Estado. Reafirma-se que a imunidade parlamentar do vereador se limita à circunscrição territorial do município, exigindo que suas opiniões, palavras e votos sejam proferidos no exercício do mandato e dentro desse território para que a garantia constitucional se aplique.

O artigo 37, I, alínea a, da Lei Orgânica do Município estabelece que é vedado ao Vereador, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com outras empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Nos termos do artigo 38, IV, da Lei Orgânica do Município de Vermelho Novo, perderá o mandato o Vereador que deixar de comparecer, em cada Sessão legislativa anual, à terça parte das Sessões Ordinárias da Câmara, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade. O § 3º do referido dispositivo estabelece, ainda, que, nos casos previstos nos incisos III a VI, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido Político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 39 - O Vereador poderá licenciar-se: II - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por Sessão legislativa. Vale mencionar que o §2º do mesmo dispositivo afirma que a licença para tratar de interesse particular não será inferior a 30 (trinta) dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Vermelho Novo/MG.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “ninharia”, foi usada no sentido coloquial (variante linguística), linguagem cotidiana, espontânea e informal no sentido de algo de pouca importância, valor ou significado. Pode ser usada para descrever uma situação, uma coisa, ou uma ideia que é vista como irrelevante ou insignificante. As demais transcrições textuais evidenciam linguagem culta, formal e pautada pelas regras da língua portuguesa, utilizada em situações mais convencionais.

BRANCA
20

Recurso Procedente. Altera-se o gabarito para a alternativa B.

A questão aborda em seu enunciado a forma para organizar os itens da área de trabalho em ordem alfabética, clicando com o botão direito do mouse na área de trabalho. Dessa forma, para realizar o solicitado é preciso clicar com o botão direito, “Classificar por” e, em seguida, “Nome”. Portanto, alternativa correta é letra B) “Classificar por” e, em seguida, “Nome”, tornando o recurso improcedente.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/topic/como-organizar-ou-mover-%C3%ADcones-na-%C3%A1rea-de-trabalho-70e4d22a-d760-5585-449f-2a14c417f84c>

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Tabela de Cutter não se trata de números de classificação do assunto. Para o assunto, as bibliotecas usam códigos de classificação como: Classificação Decimal de Dewey - CDD - e o Classificação Decimal Universal - CDU.

A tabela de Cutter é um instrumento criado por Charles Ammi Cutter (1837-1903), bibliotecário norte-americano, para auxiliar na notação de autor dentro das classificações bibliográficas. Cutter queria organizar livros em uma ordem alfabética mais precisa nas estantes, especialmente quando havia muitos títulos sob o mesmo assunto ou mesma classificação numérica. Quando usamos sistemas de classificação como a CDD ou a CDU, os números classificam os livros por assunto. Mas, para distinguir diferentes autores dentro do mesmo assunto, é necessário acrescentar um código de autor, que geralmente é alfanumérico. Esse código é formado a partir do sobrenome do autor (ou do título, quando não há autor) e de letras adicionais, de acordo com a tabela de Cutter. Por exemplo:

Para autores cujo sobrenome começa com “A”, a tabela indica combinações como A11, A12, A13, etc. Para sobrenomes iniciados com “M”, poderia aparecer M3, M32, M35... e assim por diante. Essas combinações permitem distribuir de forma ordenada os livros na estante, como se fosse uma ordem alfabética, mas expressa em um código que se integra ao número de classificação.

Exemplo prático:

Imagine dois livros com o mesmo assunto (classificados como 370.1 na CDD):

Souza, Maria

Silva, João

Pela CDD, os dois ficariam em 370.1, mas para distingui-los:

Souza ? 370.1 S729

Silva ? 370.1 S586

Esses números depois do ponto decimal são derivados da tabela de Cutter.

Resumindo, a notação de autor se dá pela:

primeira letra do sobrenome do autor + notação de Cutter para o sobrenome do autor + primeira letra do título:

Ex: Vidas secas. Graciliano Ramos

R175v, sendo R, de Ramos + 175, notação de Cutter (Ram) + v, de Vidas.

A tabela está disponível na internet, no endereço: <https://www.tabelacutter.com/>

Fonte:

- LEHNUS, Donald J. Notação de autor: manual para bibliotecas. Rio de Janeiro: 1978 83p. (Coleção Biblioteconomia, documentação, ciência da informação).

Cargo: Auxiliar de Creche

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Apesar do cadeado presente nos navegadores modernos realmente indicar a existência de uma conexão segura por meio do protocolo HTTPS, o que garante que os dados transmitidos entre o navegador e o servidor estão criptografados, assegurando confidencialidade e integridade na comunicação, a interpretação de que esse símbolo garante que o site é legítimo e que não existem riscos de segurança extrapola o real significado do cadeado. A presença do cadeado não assegura que o site seja verdadeiro ou que não represente uma ameaça. Páginas de phishing e sites fraudulentos também podem utilizar certificados válidos de HTTPS e, consequentemente, exibir o cadeado na barra de endereços.

Conforme esclarece a Exame (2020), “O cadeado é uma representação gráfica que indica que a comunicação é protegida [...] toda troca de informações [...] é preservada por criptografia” (EXAME, 2020). Essa definição deixa claro que a proteção se limita à transmissão dos dados, não garantindo, por si só, a legitimidade da página acessada.

Portanto:

Correto: o cadeado assegura criptografia da comunicação.

Incorreto: afirmar que ele garante a legitimidade do site ou a ausência de riscos.

A afirmativa III da questão está incorreta, pois amplia o significado do cadeado além do que ele realmente representa. Consequentemente, a alternativa correta permanece sendo a letra D (I, II, IV e V, apenas).

Cargo: Contador

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os termos destacados em “Um dos elementos centrais da minha teoria do racismo recreativo é seu caráter estratégico. As piadas acontecem com frequência no espaço de trabalho e em situações específicas, [...]” (6º§), assinale a alternativa em que os vocábulos estão acentuados corretamente e apresentam a mesma justificativa de acentuação vista em “estratégico” e “específicas”.”, a alternativa “B) Dízima; sôfrego.” foi adequadamente indicada como correta. São acentuadas todas as palavras proparoxítonas (médico, íamos, Ângela, sânscrito, fôssemos...) • São acentuadas as palavras paroxítonas terminadas em L, N, R, X, I(S), US, UM, UNS, OS, ãO(S), ã(S), EI(S) (amável, elétron, éter, fênix, júri, oásis, ônus, fórum, órfão...) • São acentuadas as palavras oxítonas terminadas em A(S), E(S), O(S), EM, ENS, ÉU(S), ÉI(S), ÓI(S) (xarás, convéns, robô, Jô, céu, dói,

coronéis...) • São acentuados os hiatos I e U, quando precedidos de vogais (aí, faísca, baú, juízo, Luísa...) Nas palavras paroxítonas, não se usa mais o acento no i e no u tônicos quando vierem depois de um ditongo. As palavras proparoxítonas são aquelas em que a antepenúltima sílaba é a sílaba tônica. As sílabas tônicas são as faladas com mais intensidade.

Exemplos:

árvore (ár-vo-re)

ginástica (gi-nás-ti-ca)

fanático (fa-ná-ti-co)

Tanto “estratégico” quanto “específicas” são proparoxítonas, porque a penúltima sílaba antes da tônica recebe a tonicidade.

es-tra-té-gi-co ? a sílaba "té" é a tônica ? proparoxítona.

es-pe-cí-fi-cas ? a sílaba "cí" é a tônica ? proparoxítona.

A alternativa “C) Baiúca; bocaiúva.” não pode ser indicada como correta. As palavras baiúca e bocaiúva não são proparoxítonas, então não recebem acento pelo mesmo motivo que “estratégico” ou “específicas”.

bai-ú-ca ? a tônica está no "ú" (penúltima sílaba) ? paroxítona com hiato (o i forma sílaba sozinho: ba-i).

bo-ca-i-ú-va ? a tônica está no "ú" (penúltima sílaba) ? paroxítona com hiato (o i também forma sílaba própria).

estratégico / específicas ? acento por serem proparoxítonas.

baiúca / bocaiúva ? acento por serem paroxítonas com hiato.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O título atribuído ao texto indica que:”, a alternativa “C) A partir da informação apresentada, é possível identificar autoridade sobre o assunto por parte do autor.” foi adequadamente indicada como correta. Título: “Branco usam 'humor' e 'amigo negro' para perpetuar discriminação, diz autor de 'Racismo Recreativo'” A partir da citação é possível identificar que a afirmativa “Branco usam 'humor' e 'amigo negro' para perpetuar discriminação” é de autoria do autor de “Racismo Recreativo”. Portanto, um autor que tenha publicado obra com o título expresso anteriormente apresenta-se como conhecedor e autoridade sobre o assunto tratado. A alternativa “D) A expressão “Racismo Recreativo” confronta de forma direta com expressões como “humor” e “amigo negro.” não pode ser indicada como correta. O confronto da expressão “racismo recreativo” com “amigo negro” é constatado, já que são ideias que, de acordo com contextos específicos, podem se opor. Contudo, a expressão “humor”, de modo isolado, não pode ser vista como opositiva de “racismo negro”, a palavra “humor” isoladamente permite uma ideia generalizada de infinitas possibilidades.

Fontes:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Coesão textual. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Texto e coerência. 7. ed. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observando a estrutura morfológica das palavras a seguir, assinale a alternativa cujos exemplos demonstram vocábulos que apresentam o mesmo processo de formação.”, a alternativa “D) “recreativo” (1º§); “estratégico” (6º§); “cordialidade” (8º§).” foi adequadamente indicada como correta. As palavras são formadas por estruturas menores, com significados próprios. Para isso, há vários processos que contribuem para a formação das palavras. As palavras podem ser subdivididas em estruturas significativas menores - os morfemas, também chamados de elementos mórficos: – radical e raiz;– vogal temática;– tema;– desinências;– afixos;– vogais e consoantes de ligação. Radical: Elemento que contém a base de significação do vocábulo. Processos de formação das palavras: Composição: Formação de uma palavra nova por meio da junção de dois ou mais vocábulos primitivos. Temos: Justaposição: Formação de palavra composta sem alteração na estrutura fonética das primitivas, exemplos: passa + tempo = passatempo; gira + sol = girassol. Aglutinação: Formação de palavra composta com alteração da estrutura fonética das primitivas, exemplos: em + boa + hora = embora; vossa + mercê = você. Derivação: Formação de uma nova palavra a partir de uma primitiva. Temos: Prefixação: Formação de palavra derivada com acréscimo de um prefixo ao radical da primitiva, exemplos CONter, INapto, DESleal. Sufixação: Formação de palavra nova com acréscimo de um sufixo ao radical da primitiva, exemplos: cafezaAL, meninINHa, loucaMENTE. Parassíntese: Formação de palavra derivada com acréscimo de um prefixo e um sufixo ao radical da primitiva ao mesmo tempo, exemplos: EMtardECER, DESanimADO, ENgravidAR. Derivação imprópria: Alteração da função de uma palavra primitiva, exemplo: Todos ficaram encantados com seu andar: verbo usado com valor de substantivo. Derivação regressiva: Ocorre a alteração da estrutura fonética de uma palavra primitiva para a formação de uma derivada. Em geral de um verbo para substantivo ou vice-versa, exemplos: combater – o combate; chorar – o choro.

Recreativo: Palavra primitiva/base: recrear (verbo que significa "divertir", "entreter"). Processo de formação: Derivação sufixal: Sufixo: -ivo (forma adjetivos com o sentido de "relativo a" ou "capaz de") recrear + -ivo = recreativo (adjetivo: que proporciona ou se relaciona com recreação/diversão).

Estratégico: Palavra base: estratégia. Processo de formação: Derivação sufixal: Sufixo: -ico (forma adjetivos com o sentido de "relativo a") estratégia + -ico = estratégico (adjetivo: relativo a estratégia).

Cordialidade: Palavra base: cordial (adjetivo, que significa "afetuoso", "gentil"). Sufixo: -idade (forma substantivos abstratos a partir de adjetivos, indicando qualidade ou estado) cordial + -idade = cordialidade (substantivo abstrato: qualidade de ser cordial, amável)

Negras: Flexão de gênero e número

Asiáticas: Derivação sufixal + flexão de gênero/número

Indígenas: Flexão de número

Insustentável: Palavra base: sustentar (verbo) Processos envolvidos: Prefixação: in- (negação) Sufixação: -ável (forma adjetivos com sentido de "que pode ser") Formação intermediária: sustentar ? sustentável (que pode ser sustentado) ? insustentável (que não pode ser sustentado) Tipo de formação: Derivação prefixal e sufixal

Supremacia: Palavra base: supremo (adjetivo, que significa "máximo", "superior") Sufixo: -acia (forma substantivos abstratos relacionados à qualidade ou condição) supremo + -acia ? supremacia (condição de ser supremo) Tipo de formação: Derivação sufixal

Democracia: Elementos de origem grega: demos = povo kratos = poder, governo Processo: Composição erudita (ou culta) – junção de radicais gregos Tipo de formação: composição por justaposição. Palavra composta por dois radicais gregos: demo- (povo) + -cracia (poder)

Miscigenado: Derivação sufixal (-ar, depois -ado) racismo Derivação sufixal (-ismo, a partir de "raça")

A alternativa "A" "negras" (6º§); "asiáticas" (6º§); "indígenas" (6º§)." não pode ser indicada como correta.

Negras: Palavra primitiva: negro. Formação: aqui não há derivação nem composição — apenas flexão de gênero e número (negro ? negra ? negras). **Asiáticas:** Palavra primitiva: Ásia. Formação: derivação sufixal (Ásia + -ático ? asiático; depois, flexão de gênero e número: asiática ? asiáticas). Processo: derivação sufixal + flexão. **Indígenas:** Palavra primitiva: vem diretamente do latim indígena ("nativo"). Para a gramática tradicional, não há derivação em português; é um caso de palavra derivada eruditamente do latim (empréstimo erudito). Depois recebe apenas flexão de número (indígena ? indígenas). Processo: derivação erudita (latina) + flexão. A alternativa "B" "exclusão" (8º§); "supremacia" (6º§); "democracia" (7º§)." não pode ser indicada como correta. A palavra exclusão é derivada de excluir por meio da derivação sufixal, com o acréscimo do sufixo nominal -ção, que forma substantivos de ação ou efeito. Portanto, exclusão é formada por derivação sufixal. Como "democracia" é formada por composição por justaposição, conforme expresso anteriormente, não pode a alternativa "B" ser indicada como correta.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Em "De que maneira o humor racista se manifesta no Brasil?" (3º§), pode-se afirmar que o termo destacado:", a alternativa "A) Remete à expressão "humor racista"." foi adequadamente indicada como correta. Os pronomes reflexivos indicam que o sujeito pratica uma ação verbal sobre si mesmo. Exemplos: Olhei-me ao espelho e vi que estava realmente pálida. Penteou-se e saiu. Os Pronomes Reflexivos são: se, si e consigo. Além desses, há pronomes oblíquos átonos que assumem essa função: me, te, nos e vos. Exemplos: Levantou-se, vestiu-se e correu para pegar o ônibus. Eles banharam-se e voltaram para apanhar sol. Odiei-me pela atitude que tive ontem. Aconchegamo-nos no sofá. Levantai-vos! Uma vez que o sujeito pratica e recebe a ação, o objeto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito, de modo que o pronome reflexivo pode funcionar como objeto direto ou indireto.

Pronome Recíproco: Neste caso, há mais do que um sujeito praticando uma ação verbal reciprocamente ou, um sobre o outro. Exemplos: O prefeito e o vereador cumprimentaram-se antes do início da sessão. João e Maria amam-se. A palavra "se" é um pronome oblíquo átono usado para formar a voz reflexiva ou passiva sintética, e deve vir ligado ao verbo com hífen, conforme as regras do português. O pronome é sempre escrito como "se", nunca "si" nesse tipo de construção. Exemplo correto: Ela manifesta-se com firmeza. "Si" só é usado como pronome reflexivo tônico em construções como: "Ela falava de si mesma." "Ele pensava apenas em si." "O humor racista" é o sujeito. "Se manifesta" é a forma verbal pronominal do verbo manifestar-se, usada aqui de forma reflexiva, indicando que o próprio humor racista está se revelando ou se expressando. A alternativa "B) Tem como referente o termo "maneira"." não pode ser indicada como correta conforme expresso anteriormente. A alternativa "D) Seu emprego na estrutura proposta é facultativo, sem alteração de sentido." não pode ser indicada como correta. Ao retirarmos o "se" teríamos: "De que maneira o humor racista manifesta no Brasil?" o que exigiria o complemento verbal para o verbo "manifestar" podendo tal verbo apresentar-se como verbo transitivo direto, bitransitivo e pronominal.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. rev. e ampl. São Paulo: Nova Fronteira, 2021.
- BEZERRA, Rodrigo. Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos. 6ª edição - São Paulo: Editora Método, 2013.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão não faz referência a um trajeto total de ida e volta, tratando apenas de um percurso único de 180 km entre dois centros de distribuição, já que o foco é na entrega do produto. Assim, o percurso é único entre os dois centros de distribuição. Conforme o conteúdo de razões especiais, em trajetos únicos, a definição padrão de velocidade média é:

$$V_{\text{média}} = \frac{\text{Distância}}{\text{Tempo}}$$

Assim, seja H o tempo em horas antes da manutenção. Pode-se montar a seguinte equação com as informações do enunciado:

$$\frac{180}{H} + 15 = \frac{180}{H - 1} \rightarrow H = 4 \text{ ou } H = -3$$

Como H=4 é a solução positiva, tem-se que eram necessárias 4 horas para a entrega da mercadoria antes da manutenção.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O número total de alunos, denotado por x, deve considerar todos os alunos que praticam natação, surfe, ambos os esportes e aqueles que não praticam nem natação nem surfe.

- A fração de alunos que praticam apenas natação ou natação junto com surfe é $\frac{3}{7}x$.
- A fração de alunos que praticam apenas surfe ou surfe junto com natação é $\frac{1}{4}x$.
- Como alguns alunos estão contabilizados nas duas modalidades, é necessário subtrair a fração que pratica ambos os esportes, que é $\frac{1}{14}x$, para não contar duas vezes.

Além disso, sabe-se que 33 alunos não praticam nem natação nem surfe, participando de outras modalidades. Portanto, somando todas essas quantidades, tem-se a equação que representa o total de alunos:

$$\frac{3}{7}x + \frac{1}{4}x - \frac{1}{14}x + 33 = x \rightarrow x = 84$$

Portanto, a escola conta com 84 alunos.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado menciona que “o coordenador Rafael distribuiu 24 estudantes em 6 grupos com a mesma quantidade de integrantes.” Considere que sejam as seguintes divisões:

Grupo A = 4 pessoas

Grupo B = 4 pessoas

Grupo C = 4 pessoas

Grupo D = 4 pessoas

Grupo E = 4 pessoas

Grupo F = 4 pessoas

Suponha que sejam escolhidas 2 pessoas do grupo A, então a probabilidade é $4/24$ para a escolha da primeira pessoa e $3/23$ para a escolha da segunda pessoa. Assim, tem-se a probabilidade total de $(4/24 * 3/23 = 1/46)$. Porém, poderiam ser escolhidas também 2 pessoas do grupo B, C, D, E ou F. Então a probabilidade final é $1/46 * 6 = 6/46 = 13,04\%$. Logo a probabilidade é menor que 16%.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre literalidade da lei. Assim, o artigo 102, da Lei Complementar nº 007/1998, a qual Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo estabelece que o servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado, poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.

Conforme artigo 100, da Lei Complementar nº 007/1998, a qual Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo, será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

O artigo 101, § único, II, da Lei Complementar nº 007/1998, a qual Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo, estipula que configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione mediata ou imediatamente com as atribuições do cargo exercido. Equipara-se ao acidente em serviço o dano sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa, pelo mesmo motivo.

O artigo 103, da Lei Complementar nº 007/1998, a qual Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo afirma que a prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

Fonte:

- Lei Complementar nº 007/1998 – Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Assim dispõe a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TI 01:

"12.3.4 – A Auditoria Interna deve avaliar a necessidade de emissão de relatório parcial, na hipótese de constatar impropriedades/irregularidades/ ilegalidades que necessitem providências imediatas da administração da entidade, e que não possam aguardar o final dos exames, considerando o disposto no item 12.1.3.1."

Desta forma, não há regra que o relatório de auditoria “DEVERÁ” ser único e completo. “PODERÁ” ser único e completo. Estando previsto na norma citada, que poderá ocorrer a emissão de relatório parcial.

Logo, o gabarito deve ser mantido.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não cita relação com o Setor Público, pelo contrário, a alternativa correta faz relação direta com o Setor Privado ao citar “empresas”. Foi elaborada em concordância ao Conteúdo Programático “1. Contabilidade geral: Regime de competência e regime de caixa”.

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000 (R1) dispõe:

“Regime de competência

2.36 A entidade deve elaborar suas demonstrações contábeis, exceto informações de fluxo de caixa, usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens.

...

APÊNDICE...

Regime de competência: Efeitos das operações e de outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (e não quando são recebidos ou pagos como caixa ou equivalente de caixa) e são registrados na contabilidade e divulgados nas demonstrações contábeis dos períodos aos quais se referem.”

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL dispõe:

“1.17 O regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente. Isso é importante porque informações sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta e mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações durante o período fornecem uma base melhor para a avaliação do desempenho passado e futuro da entidade do que informações exclusivamente sobre recebimentos e pagamentos à vista durante esse período.”

Desta forma, a alternativa correta está de acordo com as Normas e com o Edital.

Logo, o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- Conselho Federal de Contabilidade. (2025). *NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas*. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf) (Acesso em: 02 mai. 2025).
- Conselho Federal de Contabilidade. (2025). *Regime de Caixa e de Competência*. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/perguntas-frequentes/regime-de-caixa-e-de-competencia/> (Acesso em: 02 mai. 2025).
- Conselho Federal de Contabilidade. (2025). *Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019*. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTGEC.pdf> (Acesso em: 02 mai. 2025).
- Assaf Neto, A. *Finanças Corporativas*. São Paulo: Editora Atlas, 2020.
- Iudícibus, S. de; Martins, E. *Contabilidade Avançada*. São Paulo: Editora Atlas, 2019.
- Marion, J. C. *Contabilidade Básica*. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A gestão de estoques com utilização do método UEPS tem função gerencial e é amplamente utilizado por diversas empresas, especialmente as que atuam com produtos perecíveis.

A não aceitação de sua utilização para cálculo de lucro real não desqualifica a validade da questão, que visou verificar o conhecimento dos candidatos acerca do tema, devidamente elaborado em concordância ao Conteúdo Programático “1. Contabilidade geral: Apuração de resultados; critérios de controle de estoques - PEPS, UEPS e custo médio ponderado.”.

As literaturas contábeis e as universidades trabalham o tema de forma ampla, validando a necessidade de conhecimento e discussão sobre o método UEPS.

Desta forma, a alternativa correta está de acordo com a literatura e com o Edital.

Logo, o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- Assaf Neto, A. *Finanças Corporativas*. São Paulo: Editora Atlas, 2020.
- Iudícibus, S. de; Martins, E. *Contabilidade Avançada*. São Paulo: Editora Atlas, 2019.
- Marion, J. C. *Contabilidade Básica*. São Paulo: Editora Atlas, 2018.
- Santos, Marinéia Almeida dos. *Contabilidade de custos / Marinéia Almeida dos Santos*. - Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão cita relação direta com o Setor Público e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, sem qualquer relação com legislações que tratam de imposto de renda, não aplicáveis ao Setor Público. Foi elaborada em concordância ao Conteúdo Programático “2. Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP): Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) -10ª Edição: Partes II e IV - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Plano de Contas aplicado ao Setor Público.”.

Assim dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 10ª Edição:

“PARTE II Procedimentos Contábeis Patrimoniais

...

11.5.3. Aspectos Práticos da Depreciação

...

A depreciação e a exaustão deverão ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo (bem) seja igual ao valor residual.”

Desta forma, a alternativa correta está de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Edital.

Logo, o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 2024. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2025/26> . Acesso em: 09 maio 2025.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão é clara ao descrever, hipoteticamente, o papel do auditor interno na prefeitura municipal de Vermelho Novo e solicitar que fosse marcada a assertiva que descrevia que o auditor interno NÃO apoia como órgão de controle externo.

Como regra, o auditor apoia como órgão de controle externo o Tribunal de Contas da União, a Câmara Legislativa de Vermelho Novo e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Eventuais exceções de fontes de recursos não impedem a validade da regra genérica.

Assim dispõe a Constituição Federal:

“Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.”

Assim dispõe a Lei nº 8.443/1992:

“Art. 4º O Tribunal de Contas da União tem jurisdição própria e privativa, em todo o território nacional, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência.

Art. 5º A jurisdição do Tribunal abrange:

...

VII - os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;”

Assim dispõe a Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008, de Minas Gerais:

“Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.

TÍTULO II - DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE

...

Art. 42 – As contas anuais do Prefeito serão examinadas pelo Tribunal, que emitirá parecer prévio no prazo de trezentos e sessenta dias, a contar do seu recebimento.”

A Procuradoria municipal é órgão da administração direta do executivo municipal, não constituindo órgão de controle externo.

Desta forma, a alternativa correta está de acordo com a legislação e o Edital.

Logo, o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm]. Acesso em: 09 maio 2025.
- BRASIL. Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8443.htm]. Acesso em: 09 maio 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 986/03. Aprova a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_986.pdf]. Acesso em: 09 maio 2025.
- MINAS GERAIS. Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LCP/102/2008/?cons=1]. Acesso em: 09 maio 2025.

Cargo: Enfermeiro

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a resposta do entrevistado à primeira pergunta, é possível afirmar que:” a alternativa “D) Ele responde à pergunta feita ampliando sua resposta com informações que lhe são pertinentes.” foi adequadamente indicada como correta, de acordo com o trecho transcrito a seguir:

“BBC News Brasil - Qual a definição de racismo recreativo?”

Adilson José Moreira - O humor racista é uma forma com que pessoas brancas e instituições controladas por pessoas brancas expressam condescendência e ódio por minorias raciais, para reproduzir a ideia de que só pessoas brancas podem atuar de forma competente no espaço público. É um meio dessas pessoas ainda manterem uma visão, uma imagem positiva de si mesmos. O racismo recreativo tem sido usado no Brasil e em outros países para reproduzir a ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes.”

Segundo Moreira (2019) “Racismo recreativo: “conjunto de práticas sociais que operam por meio do uso de estratégico do humor hostil, do humor racista”. “Uma análise do conteúdo de piadas e brincadeiras racistas demonstra que seu conteúdo reproduzem uma série de estereótipos raciais baseados na suposta inferioridade moral, intelectual, estética, biológica, cultural de minorias raciais” ; portanto, há uma resposta abrangente que é ampliada, a resposta não se dá de forma objetiva, mas de modo ampliado, conforme alternativa indicada pelo gabarito.

A alternativa “B) O entrevistado apresenta um contexto prévio para só depois responder à pergunta.” não pode ser considerada correta conforme expresso anteriormente. A alternativa “A) Embora seja coerente, não pode ser considerada completa.” não pode ser indicada como correta conforme expresso anteriormente.

Fontes:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Coesão textual. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Texto e coerência. 7. ed. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a primeira pergunta feita, pode-se afirmar que:”, a alternativa “B) Mesmo não havendo emprego de forma verbal explícita, é possível subentendê-la.” foi adequadamente indicada como correta.

“BBC News Brasil – Qual a definição de racismo recreativo?”
(Qual é a definição de racismo recreativo?)

Exemplos de elipse: Ex.: No auditório, apenas nove ou dez pessoas. Essa sentença demonstra a omissão de uma parte do texto, deixando subentendido que no auditório poderia ter apenas nove ou dez pessoas. Nesse caso, a ligação é o verbo “haver” que foi suprimido no texto sem prejudicar o entendimento da sentença. Elipse: figura de construção e de sintaxe, é um dos recursos estilísticos que carregam alguma particularidade que permite distingui-los dos demais. Entre as suas características estão: • Indicam sempre alguma modificação na oração; • Têm por objetivo enfatizar a mensagem; • Evidenciam uma omissão, repetição ou inversão de termos ou expressão. A elipse rompe com a estrutura convencional da sequência de uma oração: sujeito – predicado – complemento. Quando isso acontece, há uma reconstrução da sentença devido à omissão de um destes elementos. A ocorrência da elipse é muito importante para evitar a repetição massiva de uma ou mais palavras, além cumprir a função constante de promover a coesão textual, evitando que certos vocábulos apareçam seguidamente. A alternativa “D) Caso fosse reposicionada quanto à ordem em relação às outras perguntas, não haveria comprometimento quanto à coerência da entrevista.” não pode ser indicada como correta. Como se trata de uma pergunta inicial, o entrevistador opta por solicitar a identificação do conceito em torno do qual todo o assunto será desenvolvido. A alternativa “C) A estrutura utilizada confere menor dinamicidade ao texto, sendo priorizada a objetividade.” não pode ser indicada como correta. A pergunta é um recurso que gera interação com o interlocutor, tornando o texto dinâmico quanto a este aspecto.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Coesão textual. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Texto e coerência. 7. ed. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “De que maneira o humor racista se manifesta no Brasil?” (3º§), pode-se afirmar que o termo destacado:”, a alternativa “A) Remete à expressão “humor racista”. foi adequadamente indicada como correta. Os pronomes reflexivos indicam que o sujeito pratica uma ação verbal sobre si mesmo. Exemplos: Olhei-me ao espelho e vi que estava realmente pálida. Penteou-se e saiu. Os Pronomes Reflexivos são: se, si e consigo. Além desses, há pronomes oblíquos átonos que assumem essa função: me, te, nos e vos. Exemplos: Levantou-se, vestiu-se e correu para pegar o ônibus. Eles banharam-se e voltaram para apanhar sol. Odiei-me pela atitude que tive ontem. Aconchegamo-nos no sofá. Levantai-vos! Uma vez que o sujeito pratica e recebe a ação, o objeto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito, de modo que o pronome reflexivo pode funcionar como objeto direto ou indireto.

Pronome Recíproco: Neste caso, há mais do que um sujeito praticando uma ação verbal reciprocamente ou, um sobre o outro. Exemplos: O prefeito e o vereador cumprimentaram-se antes do início da sessão. João e Maria amam-se. A palavra “se” é um pronome oblíquo átono usado para formar a voz reflexiva ou passiva sintética, e deve vir ligado ao verbo com hífen, conforme as regras do português. O pronome é sempre escrito como “se”, nunca “si” nesse tipo de construção. Exemplo correto: Ela manifesta-se com firmeza. “Si” só é usado como pronome reflexivo tônico em construções como: “Ela falava de si mesma.” “Ele pensava apenas em si.” “O humor racista” é o sujeito. “Se manifesta” é a forma verbal pronominal do verbo manifestar-se, usada aqui de forma reflexiva, indicando que o próprio humor racista está se revelando ou se expressando. A alternativa “B) Tem como referente o termo “maneira”. não pode ser indicada como correta conforme expresso anteriormente. A alternativa “D) Seu emprego na estrutura proposta é facultativo, sem alteração de sentido.” não pode ser indicada como correta. Ao retirarmos o “se” teríamos: “De que maneira o humor racista manifesta no Brasil?” o que exigiria o complemento verbal para o verbo “manifestar” podendo tal verbo apresentar-se como verbo transitivo direto, bitransitivo e pronominal.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. rev. e ampl. São Paulo: Nova Fronteira, 2021.
- BEZERRA, Rodrigo. Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos. 6ª edição - São Paulo: Editora Método, 2013.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise dos recursos interpostos, esclarece-se que a alternativa C, gabarito oficial da questão, está em conformidade com o *Boletim Epidemiológico de Doenças Tropicais Negligenciadas, Ministério da Saúde, 2024*, ao indicar que a hanseníase mantém altas taxas de detecção, inclusive em menores de 15 anos, configurando importante marcador de transmissão ativa e reforçando a necessidade de estratégias de prevenção e diagnóstico precoce.

A alternativa D, embora contenha informações relacionadas à leishmaniose visceral, apresenta fragilidades que comprometem sua adequação como resposta correta, tais como:

Generalização do termo “alta incidência”, sem considerar a redução em algumas regiões e estabilidade em outras;

Ênfase deslocada, pois a leishmaniose visceral não é destacada no boletim como prioridade epidemiológica frente a outras doenças, diferentemente da hanseníase;

Ausência de delimitação regional, o que pode induzir à interpretação equivocada de uniformidade nacional.

Diante disso, conclui-se que apenas a alternativa C atende plenamente ao comando da questão e ao documento oficial de referência.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim Epidemiológico: Doenças Tropicais Negligenciadas – Número especial. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2024/boletim-epidemiologico-de-doencas-tropicais-negligenciadas-numero-especial-jan-2024/view>
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (OMS). Neglected tropical diseases. *Health topics*. WHO, [s. l.], [2025?]. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/neglected-tropical-diseases#tab=tab_1

Cargo: Especialista em Educação

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “O humor é uma mensagem. E, portanto, ele faz sentido dentro de um contexto social específico.” (4º§), foram empregados alguns elementos de coesão textual que contribuem para a promoção do efeito de sentido pretendido pelo enunciador. Considerando tal afirmativa, assinale a alternativa correta.”, a alternativa “B) O termo, “portanto” poderia ser substituído sem prejuízo do sentido original por “por conseguinte”.” foi adequadamente indicada como correta. “Portanto”: conjunção conclusiva - introduz uma oração coordenada que contém a conclusão de um raciocínio ou exposição de motivos anterior; logo, por conseguinte, conseqüentemente, por isso, assim sendo, desse modo, pois. A alternativa “C) Em “ele faz sentido”, é possível reconhecer que o pronome “ele” substitui o sujeito da forma verbal “faz”.” não pode ser indicada como correta, pois, o pronome não substitui o sujeito de “faz”, sendo o próprio pronome o sujeito da forma verbal “faz”. A alternativa “A) A inversão de apresentação das frases promoveria apenas mudança de destaque de informação.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente referente a conclusão de uma exposição anterior.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A reescrita para o trecho “O racismo recreativo tem sido usado no Brasil e em outros países para reproduzir a ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes.” (2º§) que preserva a correção gramatical e semântica está indicada em:”, a alternativa “C) O racismo recreativo é usado no Brasil e em outros países com o objetivo de reproduzir a ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes.” foi adequadamente indicada como correta. O pretérito perfeito composto (tem + particípio) indica uma ação reiterada ou durativa que começou no passado e chega ao presente: O racismo recreativo tem sido usado em piadas cotidianas. O presente do indicativo indica um fato atual, habitual ou atemporal: O racismo recreativo é usado em piadas cotidianas. Em alguns contextos o efeito de sentido, como em textos argumentativos, para a interpretação global, a produção de sentido equivalente indica uma ação atual e reiterada. A alternativa “A) A ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes tem sido usada no Brasil e em outros países para reproduzir o racismo recreativo.” não pode ser indicada como correta. Em “A ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes tem sido usada no Brasil e em outros países para reproduzir o racismo recreativo.” o sujeito é “a ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes.” A ideia é a causa, o racismo recreativo é o efeito. Já em “O racismo recreativo tem sido usado no Brasil e em outros países para reproduzir a ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes.”, o sujeito é “o racismo recreativo”. Portanto, o racismo recreativo é a causa, e a ideia é o efeito.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- Gramática do Português falado. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Fapesp, p. 231-51, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a primeira pergunta feita, pode-se afirmar que:”, a alternativa “B) Mesmo não havendo emprego de forma verbal explícita, é possível subentendê-la.” foi adequadamente indicada como correta.

“BBC News Brasil – Qual a definição de racismo recreativo?”
(Qual é a definição de racismo recreativo?)

Exemplos de elipse: Ex.: No auditório, apenas nove ou dez pessoas. Essa sentença demonstra a omissão de uma parte do texto, deixando subentendido que no auditório poderia ter apenas nove ou dez pessoas. Nesse caso, a ligação é o verbo “haver” que foi suprimido no texto sem prejudicar o entendimento da sentença. Elipse: figura de construção e de sintaxe, é um dos recursos estilísticos que carregam alguma particularidade que permite distingui-los dos demais. Entre as suas características estão: • Indicam sempre alguma modificação na oração; • Têm por objetivo enfatizar a mensagem; • Evidenciam uma omissão, repetição ou inversão de termos ou expressão. A elipse rompe com a estrutura convencional da sequência de uma oração: sujeito – predicado – complemento. Quando isso acontece, há uma reconstrução da sentença devido à omissão de um destes elementos. A ocorrência da elipse é muito importante para evitar a repetição massiva de uma ou mais palavras, além cumprir a função constante de promover a coesão

textual, evitando que certos vocábulos apareçam seguidamente. A alternativa “D) Caso fosse reposicionada quanto à ordem em relação às outras perguntas, não haveria comprometimento quanto à coerência da entrevista.” não pode ser indicada como correta. Como se trata de uma pergunta inicial, o entrevistador opta por solicitar a identificação do conceito em torno do qual todo o assunto será desenvolvido. A alternativa “C) A estrutura utilizada confere menor dinamicidade ao texto, sendo priorizada a objetividade.” não pode ser indicada como correta. A pergunta é um recurso que gera interação com o interlocutor, tornando o texto dinâmico quanto a este aspecto.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Coesão textual. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Texto e coerência. 7. ed. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observando a estrutura morfológica das palavras a seguir, assinale a alternativa cujos exemplos demonstram vocábulos que apresentam o mesmo processo de formação.”, a alternativa “D) “recreativo” (1º§); “estratégico” (6º§); “cordialidade” (8º§).” foi adequadamente indicada como correta. As palavras são formadas por estruturas menores, com significados próprios. Para isso, há vários processos que contribuem para a formação das palavras. As palavras podem ser subdivididas em estruturas significativas menores - os morfemas, também chamados de elementos mórficos: – radical e raiz;– vogal temática;– tema;– desinências;– afixos;– vogais e consoantes de ligação. Radical: Elemento que contém a base de significação do vocábulo. Processos de formação das palavras: Composição: Formação de uma palavra nova por meio da junção de dois ou mais vocábulos primitivos. Temos: Justaposição: Formação de palavra composta sem alteração na estrutura fonética das primitivas, exemplos: passa + tempo = passatempo; gira + sol = girassol. Aglutinação: Formação de palavra composta com alteração da estrutura fonética das primitivas, exemplos: em + boa + hora = embora; vossa + mercê = você. Derivação: Formação de uma nova palavra a partir de uma primitiva. Temos: Prefixação: Formação de palavra derivada com acréscimo de um prefixo ao radical da primitiva, exemplos CONter, INapto, DESleal. Sufixação: Formação de palavra nova com acréscimo de um sufixo ao radical da primitiva, exemplos: cafezAL, meninINHa, loucaMENTE. Parassíntese: Formação de palavra derivada com acréscimo de um prefixo e um sufixo ao radical da primitiva ao mesmo tempo, exemplos: EMtardECER, DESanimADO, ENgravidAR. Derivação imprópria: Alteração da função de uma palavra primitiva, exemplo: Todos ficaram encantados com seu andar: verbo usado com valor de substantivo. Derivação regressiva: Ocorre a alteração da estrutura fonética de uma palavra primitiva para a formação de uma derivada. Em geral de um verbo para substantivo ou vice-versa, exemplos: combater – o combate; chorar – o choro.

Recreativo: Palavra primitiva/base: recrear (verbo que significa "divertir", "entreter"). Processo de formação: Derivação sufixal: Sufixo: -ivo (forma adjetivos com o sentido de "relativo a" ou "capaz de") recrear + -ivo = recreativo (adjetivo: que proporciona ou se relaciona com recreação/diversão).

Estratégico: Palavra base: estratégia. Processo de formação: Derivação sufixal: Sufixo: -ico (forma adjetivos com o sentido de "relativo a") estratégia + -ico = estratégico (adjetivo: relativo a estratégia).

Cordialidade: Palavra base: cordial (adjetivo, que significa "afetuoso", "gentil"). Sufixo: -idade (forma substantivos abstratos a partir de adjetivos, indicando qualidade ou estado) cordial + -idade = cordialidade (substantivo abstrato: qualidade de ser cordial, amável)

Negras: Flexão de gênero e número

Asiáticas: Derivação sufixal + flexão de gênero/número

Indígenas: Flexão de número

Insustentável: Palavra base: sustentar (verbo) Processos envolvidos: Prefixação: in- (negação) Sufixação: -ável (forma adjetivos com sentido de "que pode ser") Formação intermediária: sustentar ? sustentável (que pode ser sustentado) ? insustentável (que não pode ser sustentado) Tipo de formação: Derivação prefixal e sufixal

Supremacia: Palavra base: supremo (adjetivo, que significa "máximo", "superior") Sufixo: -acia (forma substantivos abstratos relacionados à qualidade ou condição) supremo + -acia ? supremacia (condição de ser supremo) Tipo de formação: Derivação sufixal

Democracia: Elementos de origem grega: demos = povo kratos = poder, governo Processo: Composição erudita (ou culta) – junção de radicais gregos Tipo de formação: composição por justaposição. Palavra composta por dois radicais gregos: demo- (povo) + -cracia (poder)

Miscigenado: Derivação sufixal (-ar, depois -ado) racismo Derivação sufixal (-ismo, a partir de "raça")

A alternativa "A) "negras" (6º§); "asiáticas" (6º§); "indígenas" (6º§)." não pode ser indicada como correta.

Negras: Palavra primitiva: negro. Formação: aqui não há derivação nem composição — apenas flexão de gênero e número (negro ? negra ? negras). Asiáticas: Palavra primitiva: Ásia. Formação: derivação sufixal (Ásia + -ático ? asiático; depois, flexão de gênero e número: asiática ? asiáticas). Processo: derivação sufixal + flexão. Indígenas: Palavra primitiva: vem diretamente do latim indígena ("nativo"). Para a gramática tradicional, não há derivação em português; é um caso de palavra derivada eruditamente do latim (empréstimo erudito). Depois recebe apenas flexão de número (indígena ? indígenas). Processo: derivação erudita (latina) + flexão. A alternativa "B) "exclusão" (8º§); "supremacia" (6º§); "democracia" (7º§)." não pode ser indicada como correta. A palavra exclusão é derivada de excluir por meio da derivação sufixal, com o acréscimo do sufixo nominal -ção, que forma substantivos de ação ou efeito. Portanto, exclusão é formada por derivação sufixal. Como "democracia" é formada por composição por justaposição, conforme expresso anteriormente, não pode a alternativa "B" ser indicada como correta.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Diante da estrutura e ideias textuais apresentadas, pode-se afirmar que o texto tem como principal finalidade:", a alternativa "D) Apresentar informações obtidas sobre o tema desenvolvido por meio de perguntas e respostas." foi adequadamente indicada como correta. A entrevista é um gênero textual

produzido pela interação entre duas pessoas, ou seja, o entrevistador, responsável por fazer perguntas, e o entrevistado, que responde às perguntas.

A entrevista possui uma função social muito importante, porque ela propõe um debate e através dela podemos obter esclarecimentos, formar uma opinião e nos posicionarmos de forma crítica. O texto da entrevista é marcado pela oralidade e, geralmente, tem função informativa. Há entrevistas de emprego, psicológicas, sociais, jornalísticas, por exemplo, as quais são veiculadas, sobretudo, pelos jornais, revistas, internet, televisão ou rádio. A entrevista é um gênero de caráter interacional, geralmente entre duas pessoas, organizado em turnos com uma pequena introdução sobre o entrevistado e o tema. O intercâmbio pode ser registrado em áudio e/ou vídeo e assim ser exibido (nos suportes em que a linguagem audiovisual é permitida), ou ser posteriormente transcrito e editado para publicação por escrito. A entrevista ainda pode ser feita com a interação já por escrito (por e-mail, por exemplo). O objetivo desse gênero é obter informações sobre a pessoa entrevistada ou sobre um tema/fato que a envolva. A alternativa “B) Promover a interação entre dois interlocutores acerca de assunto cotidiano da sociedade.” não pode ser indicada como correta. O texto, a entrevista transcrita, não tem como principal finalidade promover a interação, tal interação ocorre anteriormente ao texto. A alternativa “C) Debater o racismo como questão de interesse nacional em todos os segmentos da sociedade.” não pode ser considerada correta. O principal objetivo de uma entrevista não é debater, ainda que um debate possa ser estabelecido a partir das respostas apresentadas ao longo da entrevista. O enunciado questiona acerca da principal finalidade e não das possíveis finalidades.

Fontes:

- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) Gêneros Textuais e Ensino.
- Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.
- MEDINA, C. Entrevista - O diálogo possível. São Paulo: Ática, 1986.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dispõe o enunciado: "Marcos, servidor público municipal, autorizou a contratação direta de determinada empresa para o fornecimento de materiais de expediente ao órgão em que exerce suas funções, sem observar os requisitos legais para a dispensa de licitação, gerando prejuízo ao erário. Em processo administrativo, ficou demonstrado que Marcos não tinha intenção de causar o dano, tendo agido com base em interpretação equivocada da lei. Com base na legislação vigente sobre improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta."

Na alternativa correta, lê-se: Marcos somente poderá ser responsabilizado se restar comprovado que agiu com dolo. A Lei nº 14.230/2021, que alterou a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), passou a exigir expressamente a presença do dolo para a configuração de qualquer modalidade de ato de improbidade. A culpa, ainda que grave, não é mais suficiente.

Essa exigência está expressa no art. 1º, §1º, da LIA, segundo o qual:

"§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais."

O STF decidiu, no Tema 1199 de Repercussão Geral, firmou a tese de que:

"1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO."

Colhe-se da doutrina:

"O enquadramento na lei de improbidade exige dolo por parte do sujeito ativo. Quanto a esse aspecto, a Lei nº 14.230 alterou a Lei nº 8.429, que admitia também a culpa no art. 10. No entanto, já na vigência da redação anterior entendíamos que, quando algum ato ilegal seja praticado, é preciso pesquisar se houve um mínimo de má-fé que revele realmente a presença de um comportamento desonesto. A quantidade de leis, decretos, medidas provisórias, regulamentos, portarias torna praticamente impossível a aplicação do velho princípio de que todos conhecem a lei. Além disso, algumas normas admitem diferentes interpretações e são aplicadas por servidores públicos estranhos à área jurídica. Por isso mesmo, a aplicação da lei de improbidade exige bom senso, pesquisa da intenção do agente, sob pena de sobrecarregar-se inutilmente o Judiciário com questões irrelevantes, que podem ser adequadamente resolvidas na própria esfera administrativa. A própria severidade das sanções previstas na Constituição está a demonstrar que o objetivo foi o de punir infrações que tenham um mínimo de gravidade, por apresentarem consequências danosas para o patrimônio público (em sentido amplo), ou propiciarem benefícios indevidos para o agente ou para terceiros. A aplicação das medidas previstas na lei exige observância do princípio da razoabilidade, sob o seu aspecto de proporcionalidade entre meios e fins.

Dos três dispositivos que definem os atos de improbidade, somente o art. 10, na redação original, falava em ação ou omissão, dolosa ou culposa. E a mesma ideia de que, nos atos de improbidade causadores de prejuízo ao erário, exigia-se dolo ou culpa, repetia-se no art. 5º da lei, que foi revogado pela Lei nº 14.230.

A tendência da jurisprudência era a de somente admitir a conduta culposa na hipótese do art. 10 da lei de improbidade, já que o dispositivo legal a previa expressamente. Nas hipóteses dos arts. 9º e 11, exigia-se comprovação de dolo.⁸ No caso da lei de improbidade, a presença do elemento subjetivo é tanto mais relevante pelo fato de ser objetivo primordial do legislador constituinte o de assegurar a probidade, a moralidade, a honestidade dentro da Administração Pública. Sem um mínimo de má-fé, não se pode cogitar da aplicação de penalidades tão severas como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública.

A exigência de dolo ficou reforçada no art. 17-C, § 1º, em cujos termos "a ilegalidade sem a presença de dolo que a qualifique não configura ato de improbidade".

Qualquer dúvida que houvesse ficou dissipada pelo acórdão proferido pelo STF no Tema 1.199, no sentido de que é necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se, nos arts. 9º, 10 e 11 da lei de improbidade administrativa, a presença do elemento subjetivo "dolo".

Portanto, só é possível responsabilizar Marcos por improbidade administrativa se houver prova de que agiu com dolo, ou seja, com consciência e intenção de praticar o ato ilegal.

Não há qualquer contradição entre o enunciado e a alternativa correta.

Ademais, a ausência de responsabilização na esfera administrativa não impede a persecução penal, conforme se vê da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça cristalizou-se no sentido de que as esferas civil, penal e administrativa são independentes e autônomas entre si, de tal sorte que as decisões tomadas nos âmbitos administrativo ou cível não vinculam a seara criminal". (EDcl no AgRg no REsp n. 1.831.965/RJ, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 7/12/2020, DJe de 18/12/2020.)

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre literalidade da lei. Assim, o artigo 102, da Lei Complementar nº 007/1998, a qual Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo estabelece que o servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado, poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.

Conforme artigo 100, da Lei Complementar nº 007/1998, a qual Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo, será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

O artigo 101, §único, II, da Lei Complementar nº 007/1998, a qual Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo, estipula que configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione mediata ou imediatamente com as atribuições do cargo exercido. Equipara-se ao acidente em serviço o dano sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa, pelo mesmo motivo.

O artigo 103, da Lei Complementar nº 007/1998, a qual Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo afirma que a prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

Fonte:

- Lei Complementar nº 007/1998 – Institui o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A neutralidade política e ética da escola, entendida como a não imposição de ideologias ou valores morais específicos, é sim uma condição importante para garantir que o processo de ensino aprendizagem ocorra de forma plural, democrática e respeitosa à diversidade. Isso não significa omissão diante de temas sociais relevantes, mas sim a promoção de um ambiente onde diferentes visões possam ser discutidas com liberdade e respeito. A banca mantém o gabarito preliminar e sustenta a decisão fundamentada em Pilletti, já que a ideia de “neutralidade” esconde a responsabilidade formativa da escola em relação aos valores sociais e éticos. A escola não é neutra, pois educar é sempre uma ação ética e política. A questão avalia conhecimentos inscritos na Sociologia da Educação, cujos estudos sustentam que neutralidade da educação será sempre um equívoco, pois até quando pretende ser neutra favorece o status quo. A escola não está isolada das influências da sociedade e não deixa de exercer influência sobre esta, em articulação com outras instâncias da vida social. Em síntese, para Mannheim, cabe à escola a função de transmitir as informações consideradas importantes no arcabouço cultural e técnico da sociedade na qual está inserida. Também é dever da escola formar as novas gerações com atitudes e valores favoráveis à procura dos conhecimentos necessários para a vida em sociedade, sem descuidar ainda da imprescindível função de qualificar o aluno para uma carreira profissional. A escola pode tanto contribuir para a manutenção da ordem social quanto para sua alteração, tendo em vista que, no entendimento de Mannheim (1982: 156), “a tarefa da educação não é simplesmente formar pessoas ajustadas à situação presente, mas também pessoas capacitadas a operarem como agentes do desenvolvimento social, levando-o a um estágio mais avançado”. Inserida em um conjunto de técnicas desenvolvidas para o planejamento racional da vida, a educação pode contribuir para a socialização dos indivíduos de acordo com os pressupostos da democracia, tornando-os preparados para um tipo de comportamento democrático definido como elemento importante para a integração em uma ordem social democrática, baseada no diálogo e na resolução pacífica dos conflitos, e não na imposição da vontade de cada um por meio do uso da força.

Fonte:

- Praxedes, Walter. Pilletti, Nelson. Principais Correntes da Sociologia da Educação, editora Contexto. São Paulo. 2021. P. 45 e p.46.

Cargo: Fiscal de Tributos

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando os termos destacados em “Um dos elementos centrais da minha teoria do racismo recreativo é seu caráter estratégico. As piadas acontecem com frequência no espaço de trabalho e em situações específicas, [...]” (6º§), assinale a alternativa em que os vocábulos estão acentuados

corretamente e apresentam a mesma justificativa de acentuação vista em “estratégico” e “específicas”.”, a alternativa “B) Dízima; sôfrego.” foi adequadamente indicada como correta. São acentuadas todas as palavras proparoxítonas (médico, íamos, Ângela, sânscrito, fôssemos...) • São acentuadas as palavras paroxítonas terminadas em L, N, R, X, I(S), US, UM, UNS, OS, ãO(S), ã(S), EI(S) (amável, elétron, éter, fênix, júri, oásis, ônus, fórum, órfão...) • São acentuadas as palavras oxítonas terminadas em A(S), E(S), O(S), EM, ENS, ÉU(S), ÉI(S), ÓI(S) (xarás, convéns, robô, Jô, céu, dói, coronéis...) • São acentuados os hiatos I e U, quando precedidos de vogais (aí, faísca, baú, juízo, Luísa...) Nas palavras paroxítonas, não se usa mais o acento no i e no u tônicos quando vierem depois de um ditongo. As palavras proparoxítonas são aquelas em que a antepenúltima sílaba é a sílaba tônica. As sílabas tônicas são as faladas com mais intensidade.

Exemplos:

árvore (ár-vo-re)

ginástica (gi-nás-ti-ca)

fanático (fa-ná-ti-co)

Tanto “estratégico” quanto “específicas” são proparoxítonas, porque a penúltima sílaba antes da tônica recebe a tonicidade.

es-tra-té-gi-co ? a sílaba "té" é a tônica ? proparoxítona.

es-pe-cí-fi-cas ? a sílaba "cí" é a tônica ? proparoxítona.

A alternativa “C) Baiúca; bocaiúva.” não pode ser indicada como correta. As palavras baiúca e bocaiúva não são proparoxítonas, então não recebem acento pelo mesmo motivo que “estratégico” ou “específicas”.

bai-ú-ca ? a tônica está no "ú" (penúltima sílaba) ? paroxítona com hiato (o i forma sílaba sozinho: ba-i).

bo-ca-i-ú-va ? a tônica está no "ú" (penúltima sílaba) ? paroxítona com hiato (o i também forma sílaba própria).

estratégico / específicas ? acento por serem proparoxítonas.

baiúca / bocaiúva ? acento por serem paroxítonas com hiato.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O título atribuído ao texto indica que:”, a alternativa “C) A partir da informação apresentada, é possível identificar autoridade sobre o assunto por parte do autor.” foi adequadamente indicada como correta. Título: “Branco usam 'humor' e 'amigo negro' para perpetuar discriminação, diz autor de 'Racismo Recreativo'” A partir da citação é possível identificar que a afirmativa “Branco usam 'humor' e 'amigo negro' para perpetuar discriminação” é de autoria do autor de “Racismo Recreativo”. Portanto, um autor que tenha publicado obra com o título expresso anteriormente apresenta-se como conhecedor e autoridade sobre o assunto tratado. A alternativa “D) A expressão “Racismo Recreativo” confronta de forma direta com expressões como “humor” e “amigo negro.” não pode ser indicada como correta. O confronto da expressão “racismo recreativo” com “amigo negro” é constatado, já que são ideias que, de acordo com contextos específicos, podem se opor. Contudo, a expressão “humor”, de modo isolado, não pode ser vista como opositiva de “racismo negro”, a palavra “humor” isoladamente permite uma ideia generalizada de infinitas possibilidades.

Fontes:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Coesão textual. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Texto e coerência. 7. ed. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Diante da estrutura e ideias textuais apresentadas, pode-se afirmar que o texto tem como principal finalidade:”, a alternativa “D) Apresentar informações obtidas sobre o tema desenvolvido por meio de perguntas e respostas.” foi adequadamente indicada como correta. A entrevista é um gênero textual produzido pela interação entre duas pessoas, ou seja, o entrevistador, responsável por fazer perguntas, e o entrevistado, que responde às perguntas.

A entrevista possui uma função social muito importante, porque ela propõe um debate e através dela podemos obter esclarecimentos, formar uma opinião e nos posicionarmos de forma crítica. O texto da entrevista é marcado pela oralidade e, geralmente, tem função informativa. Há entrevistas de emprego, psicológicas, sociais, jornalísticas, por exemplo, as quais são veiculadas, sobretudo, pelos jornais, revistas, internet, televisão ou rádio. A entrevista é um gênero de caráter interacional, geralmente entre duas pessoas, organizado em turnos com uma pequena introdução sobre o entrevistado e o tema. O intercâmbio pode ser registrado em áudio e/ou vídeo e assim ser exibido (nos suportes em que a linguagem audiovisual é permitida), ou ser posteriormente transcrita e editada para publicação por escrito. A entrevista ainda pode ser feita com a interação já por escrito (por e-mail, por exemplo). O objetivo desse gênero é obter informações sobre a pessoa entrevistada ou sobre um tema/fato que a envolva. A alternativa “B) Promover a interação entre dois interlocutores acerca de assunto cotidiano da sociedade.” não pode ser indicada como correta. O texto, a entrevista transcrita, não tem como principal finalidade promover a interação, tal interação ocorre anteriormente ao texto. A alternativa “C) Debater o racismo como questão de interesse nacional em todos os segmentos da sociedade.” não pode ser considerada correta. O principal objetivo de uma entrevista não é debater, ainda que um debate possa ser estabelecido a partir das respostas apresentadas ao longo da entrevista. O enunciado questiona acerca da principal finalidade e não das possíveis finalidades.

Fontes:

- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO,
- A.P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) Gêneros Textuais e Ensino.
- Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.
- MEDINA, C. Entrevista - O diálogo possível. São Paulo: Ática, 1986.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dispõe o enunciado: "Marcos, servidor público municipal, autorizou a contratação direta de determinada empresa para o fornecimento de materiais de expediente ao órgão em que exerce suas funções, sem observar os requisitos legais para a dispensa de licitação, gerando prejuízo ao erário. Em processo administrativo, ficou demonstrado que Marcos não tinha intenção de causar o dano, tendo agido com base em interpretação equivocada da lei. Com base na legislação vigente sobre improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta."

Na alternativa correta, lê-se: Marcos somente poderá ser responsabilizado se restar comprovado que agiu com dolo. A Lei nº 14.230/2021, que alterou a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), passou a exigir expressamente a presença do dolo para a configuração de qualquer modalidade de ato de improbidade. A culpa, ainda que grave, não é mais suficiente.

Essa exigência está expressa no art. 1º, §1º, da LIA, segundo o qual:

"§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais."

O STF decidiu, no Tema 1199 de Repercussão Geral, firmou a tese de que:

"1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO."

Colhe-se da doutrina:

"O enquadramento na lei de improbidade exige dolo por parte do sujeito ativo. Quanto a esse aspecto, a Lei nº 14.230 alterou a Lei nº 8.429, que admitia também a culpa no art. 10. No entanto, já na vigência da redação anterior entendíamos que, quando algum ato ilegal seja praticado, é preciso pesquisar se houve um mínimo de má-fé que revele realmente a presença de um comportamento desonesto. A quantidade de leis, decretos, medidas provisórias, regulamentos, portarias torna praticamente impossível a aplicação do velho princípio de que todos conhecem a lei. Além disso, algumas normas admitem diferentes interpretações e são aplicadas por servidores públicos estranhos à área jurídica. Por isso mesmo, a aplicação da lei de improbidade exige bom senso, pesquisa da intenção do agente, sob pena de sobrecarregar-se inutilmente o Judiciário com questões irrelevantes, que podem ser adequadamente resolvidas na própria esfera administrativa. A própria severidade das sanções previstas na Constituição está a demonstrar que o objetivo foi o de punir infrações que tenham um mínimo de gravidade, por apresentarem consequências danosas para o patrimônio público (em sentido amplo), ou propiciarem benefícios indevidos para o agente ou para terceiros. A aplicação das medidas previstas na lei exige observância do princípio da razoabilidade, sob o seu aspecto de proporcionalidade entre meios e fins.

Dos três dispositivos que definem os atos de improbidade, somente o art. 10, na redação original, falava em ação ou omissão, dolosa ou culposa. E a mesma ideia de que, nos atos de improbidade causadores de prejuízo ao erário, exigia-se dolo ou culpa, repetia-se no art. 5º da lei, que foi revogado pela Lei nº 14.230.

A tendência da jurisprudência era a de somente admitir a conduta culposa na hipótese do art. 10 da lei de improbidade, já que o dispositivo legal a previa expressamente. Nas hipóteses dos arts. 9º e 11, exigia-se comprovação de dolo. No caso da lei de improbidade, a presença do elemento subjetivo é tanto mais relevante pelo fato de ser objetivo primordial do legislador constituinte o de assegurar a probidade, a moralidade, a honestidade dentro da Administração Pública. Sem um mínimo de má-fé, não se pode cogitar da aplicação de penalidades tão severas como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública.

A exigência de dolo ficou reforçada no art. 17-C, § 1º, em cujos termos "a ilegalidade sem a presença de dolo que a qualifique não configura ato de improbidade".

Qualquer dúvida que houvesse ficou dissipada pelo acórdão proferido pelo STF no Tema 1.199, no sentido de que é necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se, nos arts. 9º, 10 e 11 da lei de improbidade administrativa, a presença do elemento subjetivo "dolo".

Portanto, só é possível responsabilizar Marcos por improbidade administrativa se houver prova de que agiu com dolo, ou seja, com consciência e intenção de praticar o ato ilegal.

Não há qualquer contradição entre o enunciado e a alternativa correta.

Ademais, a ausência de responsabilização na esfera administrativa não impede a persecução penal, conforme se vê da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça cristalizou-se no sentido de que as esferas civil, penal e administrativa são independentes e autônomas entre si, de tal sorte que as decisões tomadas nos âmbitos administrativo ou cível não vinculam a seara criminal". (EDcl no AgRg no REsp n. 1.831.965/RJ, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 7/12/2020, DJe de 18/12/2020.)

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre literalidade da lei. Assim, – Nos termos do artigo 42, §2º da Lei Orgânica Municipal do Município de Vermelho Novo a emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

Conforme artigo 42 da Lei Orgânica Municipal do Município de Vermelho Novo, a Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta: I - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - do Prefeito Municipal; III - de iniciativa popular subscrita por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores do Município. Observe o quantum exigido de 5% dos eleitores do Município, não 3%.

O artigo 42, §1º, da Lei Orgânica Municipal do Município de Vermelho Novo estabelece que a proposta deverá ser votada em dois turnos com interstício mínimo de 10 (dez) dias, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Conforme artigo 42, §3º, da Lei Orgânica Municipal do Município de Vermelho Novo, a Lei Orgânica Municipal não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município. Aqui são mencionadas duas exceções, não apenas uma.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Vermelho Novo/MG.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pedia ao candidato que marcasse a alternativa correta em relação à obrigação tributária acessória, de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN). De acordo com o CTN:

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Conforme se observa no § 1º: a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, texto descrito na alternativa c) da questão. Assim, como a questão questionava sobre a obrigação tributária acessória (e não sobre obrigação tributária principal), a letra c) não pode ser considerada correta e não é o gabarito da questão. Mantendo-se o gabarito original. Dessa forma, o recurso é improcedente.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a resposta do entrevistado à primeira pergunta, é possível afirmar que:” a alternativa “D) Ele responde à pergunta feita ampliando sua resposta com informações que lhe são pertinentes.” foi adequadamente indicada como correta, de acordo com o trecho transcrito a seguir:

“BBC News Brasil - Qual a definição de racismo recreativo?

Adilson José Moreira - O humor racista é uma forma com que pessoas brancas e instituições controladas por pessoas brancas expressam condescendência e ódio por minorias raciais, para reproduzir a ideia de que só pessoas brancas podem atuar de forma competente no espaço público. É um meio dessas pessoas ainda manterem uma visão, uma imagem positiva de si mesmos. O racismo recreativo tem sido usado no Brasil e em outros países para reproduzir a ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes.”

Segundo Moreira (2019) “Racismo recreativo: “conjunto de práticas sociais que operam por meio do uso de estratégico do humor hostil, do humor racista”. “Uma análise do conteúdo de piadas e brincadeiras racistas demonstra que seu conteúdo reproduzem uma séria de estereótipos raciais baseados na suposta inferioridade moral, intelectual, estética, biológica, cultural de minorias raciais” ; portanto, há uma resposta abrangente que é ampliada, a resposta não se dá de forma objetiva, mas de modo ampliado, conforme alternativa indicada pelo gabarito.

A alternativa “B) O entrevistado apresenta um contexto prévio para só depois responder à pergunta.” não pode ser considerada correta conforme expresso anteriormente. A alternativa “A) Embora seja coerente, não pode ser considerada completa.” não pode ser indicada como correta conforme expresso anteriormente.

Fontes:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Coesão textual. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Texto e coerência. 7. ed. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre literalidade da lei. Assim, – Nos termos do artigo 42, §2º da Lei Orgânica Municipal do Município de Vermelho Novo a emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

Conforme artigo 42 da Lei Orgânica Municipal do Município de Vermelho Novo, a Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta: I - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - do Prefeito Municipal; III - de iniciativa popular subscrita por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores do Município. Observe o quantum exigido de 5% dos eleitores do Município, não 3%.

O artigo 42, §1º, da Lei Orgânica Municipal do Município de Vermelho Novo estabelece que a proposta deverá ser votada em dois turnos com interstício mínimo de 10 (dez) dias, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Conforme artigo 42, §3º, da Lei Orgânica Municipal do Município de Vermelho Novo, a Lei Orgânica Municipal não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município. Aqui são mencionadas duas exceções, não apenas uma.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Vermelho Novo/MG.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É uma conduta amplamente respaldada na literatura o tratamento de trombose venosa profunda (TVP) em puérperas lactantes com a combinação de heparina de baixo peso molecular (HBPM) e varfarina. A Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia (ABHH), as diretrizes do American College of Obstetricians and Gynecologists (ACOG) e da European Society of Cardiology (ESC) orientam o uso de HBPM, associada à varfarina para anticoagulação prolongada. O tempo de anticoagulação recomendado em casos de TVP pode variar de 3 a 6 meses, tornando a varfarina a opção indicada para a fase de manutenção. De forma a otimizar esse processo, a varfarina já pode ser iniciada durante a fase de anticoagulação parenteral com HBPM.

De fato, a heparina de baixo peso molecular é a droga de primeira linha em puérperas lactantes, porém, considerando o tempo mínimo de anticoagulação, a associação com varfarina (droga liberada para esta população) se torna o tratamento de escolha. Ressalte-se que o uso isolado de HBPM não pode ser considerado uma conduta incorreta. Contudo, a questão não solicita a escolha da “única” opção terapêutica. Além disso, a HBPM isolada não foi apresentada como uma outra alternativa na questão.

Fontes:

- MAFFEI, Francisco H. A. et al. Doenças Vasculares Periféricas. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.
- AMERICAN COLLEGE OF OBSTETRICIANS AND GYNECOLOGISTS. ACOG Practice Bulletin No. 196: Thromboembolism in Pregnancy. Obstetrics & Gynecology, v. 132, n. 1, p. e1–e17, 2018.
- EUROPEAN SOCIETY OF CARDIOLOGY. 2019 ESC Guidelines for the diagnosis and management of acute pulmonary embolism developed in collaboration with the European Respiratory Society (ERS). European Heart Journal, v. 41, n. 4, p. 543–603, 2020.

Cargo: Motorista

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa divulgada está correta, pois a palavra “síndrome”, a ser analisada no contexto, é parte da significação da sigla de SRAG – Síndrome Respiratória Aguda Grave. A expressão “nome científico”, neste caso, refere-se à forma de identificação de tal enfermidade. Por se tratar de um substantivo simples, quando não fizer referência estrita à SRAG ou a qualquer outra sigla, a palavra “síndrome” deve ser grafada com inicial minúscula. Considerando o exposto, as grafias com letras maiúscula e minúscula não são facultativas, pois dependem da avaliação do contexto.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao colocar a palavra “respectivamente” entre vírgulas, a expressão se torna um elemento explicativo que complementa a informação anterior, ou seja, um aposto explicativo. Ressalta-se que a vírgula com valor explicativo é utilizada para adicionar informações que não são essenciais, mas que enriquecem o texto.

Fonte:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Brasil é um país de dimensões continentais, que possui abundância de recursos naturais e possibilidades diversas de utilização destes. Nesse cenário, se insere a crescente demanda por produção de energia, uma vez que os avanços tecnológicos e dependência dessas ferramentas no cotidiano impactam diretamente nos gastos com o setor energético. Os dados demonstram que os brasileiros têm utilizado, de forma mais ampla, as energias renováveis nas residências e estabelecimentos comerciais. Essa realidade pode ser explicada pela consciência ambiental despertada pelo debate da temática, mas também pelo desejo de reduzir custos com energia a partir do uso de recursos naturais, abrangentes no país. Em alguns casos, soma-se a motivação de geração de renda extra por compartilhamento de produção energética das placas solares, por exemplo, mas não por via de regra. Ainda, torna-se taxativa a afirmação de que o crescimento na busca por essas alternativas seja apenas fruto de modismo. Nesse sentido, mesmo que os benefícios de adoção de novas fontes renováveis de energia sejam visíveis, é necessário dispender um alto valor inicial de investimento para aderir a essa modificação, o que nem sempre se adapta a todas as realidades financeiras e sociais no Brasil.

Fontes:

- RITTNER, Daniel. Novas fontes renováveis, como eólica e solar, vão ser 51% da geração de energia em 2028. CNN, 10 mai. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/novas-fontes-renovaveis-como-eolica-e-solar-vao-ser-51-da-geracao-de-energia-em-2028/>. Acesso em: 10 mai. 2025.
- JORNAL DA USP. Energia Eólica no Brasil é relevante e tem potencial de crescimento, diz especialista. Jornal da USP, 31 mai. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/energia-eolica-no-brasil-e-relevante-e-tem-potencial-de-crescimento-diz-especialista/>. Acesso em: 10 mai. 2025.
- PACTO ENERGIA. Desafios e Oportunidades da energia renovável no Brasil. Pacto Energia, 2022. Disponível em: <https://pactoenergia.com.br/blog/energia-renovavel/energia-renovavel-desafios-oportunidades/>. Acesso em: 05 set. 2025.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “O título atribuído ao texto indica que:”, a alternativa “C) A partir da informação apresentada, é possível identificar autoridade sobre o assunto por parte do autor.” foi adequadamente indicada como correta. Título: “Branco usam 'humor' e 'amigo negro' para perpetuar discriminação, diz autor de 'Racismo Recreativo'” A partir da citação é possível identificar que a afirmativa “Branco usam 'humor' e 'amigo negro' para perpetuar discriminação” é de autoria do autor de “Racismo Recreativo”. Portanto, um autor que tenha publicado obra com o título expresso anteriormente apresenta-se como conhecedor e autoridade sobre o assunto tratado. A alternativa “D) A expressão “Racismo Recreativo” confronta de forma direta com expressões como “humor” e “amigo negro.” não pode ser indicada como correta. O confronto da expressão “racismo recreativo” com “amigo negro” é constatado, já que são ideias que, de acordo com contextos específicos, podem se opor. Contudo, a expressão “humor”, de modo isolado, não pode ser vista como opositiva de “racismo negro”, a palavra “humor” isoladamente permite uma ideia generalizada de infinitas possibilidades.

Fonte:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Coesão textual. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Texto e coerência. 7. ed. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não se trata de erro de digitação, mas do uso de uma expressão amplamente utilizada no Direito.

"Perceber remuneração" significa receber pagamento ou compensação financeira por um trabalho, serviço ou posição, sendo a remuneração um conceito que engloba salário, adicionais, comissões e benefícios, para além do vencimento fixo.

O termo "perceber remuneração" está contido em diversas leis e normas, por exemplo, no art. 3º, § 1º, alínea "a", inciso II, da Lei 6.880/1980:

"II - os reformados, quando, tendo passado por uma das situações anteriores estejam dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuem a perceber remuneração da União."

No artigo intitulado "A remuneração dos agentes públicos e a reforma administrativa (emenda constitucional n. 19/1998)", de Ricardo Teixeira do Valle Pereira, utiliza-se também a expressão:

"Tal possibilidade, registre-se, fica obviamente limitada pelas regras insertas no art. 37, inciso XI, e art. 48, inciso XV, uma vez que os Deputados e Senadores não poderão perceber subsídios superiores aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e, ademais, a fixação dos subsídios destes depende de lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do próprio STF."

Por fim, nota-se que o candidato claramente conhece o significado da expressão, já que afirma que, no lugar de "percebem", deveria ter sido utilizado "recebem".

Diante do exposto, julgo improcedente o recurso.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dieta líquida completa é utilizada por períodos curtos em pacientes com restrição da função digestiva, problemas mecânicos no sistema digestório superior, para preparo do paciente para exames e no pré- e pós-operatório. Objetivos: hidratar e nutrir, repousar o sistema digestório. Se for utilizar por longos períodos, torna-se interessante verificar a necessidade de suplementação. Indicações são: para pacientes com dificuldade de deglutição, transição de dieta enteral para oral; pré e pós-operatório de cirurgias na boca, intervenção cirúrgica na face e pescoço, evoluções de pós-operatório, fratura de mandíbula, estreitamento esofágico, e intolerância a alimentos sólidos. Usada na transição entre dieta líquida restrita e dieta leve.

Já a semilíquida pode ser utilizada por períodos mais prolongados. Indicada para pacientes com função gastrointestinal moderadamente reduzida, intolerância a alimentos sólidos devido a dificuldade de mastigação e de deglutição, evolução de pós-operatório. Utilizada na transição entre a dieta líquida e a pastosa. Também indicada para pacientes com risco de aspiração e/ou dificuldade de mastigação, deglutição e odinofagia, pacientes que estejam com função gástrica alterada.

Fonte:

- MUSSOI, T.D. Nutrição: curso prático. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a Diretriz Brasileira de Dislipidemia e Prevenção de Aterosclerose (SBC, 2017), na tabela 2 há o valor de LDL <130 como baixo risco cardiovascular. Entretanto, tal valor não consta em classificação de dislipidemia. Na página 13 deste material, há a seguinte informação: “A classificação laboratorial das dislipidemias nesta atualização sofreu modificações, e os valores referenciais e os alvos terapêuticos foram determinados de acordo com o risco cardiovascular individual e com o estado alimentar. As dislipidemias podem ser classificadas de acordo com a fração lipídica alterada em: • Hipercolesterolemia isolada: aumento isolado do LDL-c (LDL-c = 160 mg/dL). • Hipertrigliceridemia isolada: aumento isolado dos triglicérides (TG = 150 mg/dL ou = 175 mg/dL, se a amostra for obtida sem jejum). • Hiperlipidemia mista: aumento do LDL-c (LDL-c = 160 mg/dL) e dos TG (TG = 150 mg/dL ou = 175 mg/dL, se a amostra for obtida sem jejum). Se TG = 400 mg/dL, o cálculo do LDL-c pela fórmula de Friedewald é inadequado, devendo-se considerar a hiperlipidemia mista quando o não HDL-c = 190 mg/dL. • HDL-c baixo: redução do HDL-c (homens < 40 mg/dL e mulheres < 50 mg/dL) isolada ou em associação ao aumento de LDL-c ou de TG”. Logo, o paciente João no caso hipotético apresenta Hipertrigliceridemia isolada.

Fonte:

- FALUDI, A.A. *et al.* Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017. Sociedade Brasileira de Cardiologia, v. 109, n.2, Supl. 1, ago. 2017.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após o exercício de maratona e tendo uma nova competição em tão curto intervalo de tempo, o objetivo é recuperar rapidamente o glicogênio muscular.

A Sociedade Internacional de Nutrição Esportiva (KERKSICK *et al.*, 2017) posiciona que se for necessária uma restauração rápida do glicogênio (menos de 4 horas de recuperação), as seguintes estratégias devem ser consideradas: a) oferecimento de grande quantidade de carboidratos (1,2 g / kg / h), com preferência pelas fontes que possuem índice glicêmico alto (> 70); b) recomendação anterior + adição de cafeína (3-8 mg / kg); c) ou combinação de carboidratos (0,8 g / kg / h) com proteína (0,2-0,4 g / kg / h).

Considerando um indivíduo de 70kg, ele deve consumir aproximadamente 84g de carboidrato de AIG logo após o exercício, para otimizar a recuperação do glicogênio muscular. 1 copo de 400ml de caldo de cana ofertará 84g de carboidrato e 1,2g de proteína, além de ser um carboidrato de alto índice glicêmico.

A opção D não atinge a necessidade mínima de carboidrato e nem a de proteína caso escolhesse a opção de combinação de carboidrato e proteína. Ele deveria no caso consumir no mínimo 56g de carboidrato e 14g de proteína. A refeição 200ml de iogurte e 1 unidade média de banana ofereceria em média 35,5g de carboidrato e 8,3g de proteína.

Fontes:

- KERKSICK, C.M. *et al.* International society of sports nutrition position stand: nutrient timing. Journal of the International Society of Sports Nutrition, v.14, n.33, p.1-21, 2017.
- QUINTÃO, D.F.; MARINS, J.C.B. Estratégias Ergogênicas Nutricionais para Recuperação do Exercício Físico. In: MARINS, J.C.B; CAZAL, M.M. Nutrição & Suplementação para ganho de desempenho físico e esportivo. 1.ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2023. Cap.11.
- PHILIPPI, S.T. Tabela de Composição de Alimentos. 6ª edição revisada e atualizada. Barueri, SP: Manole, 2018.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a resposta do entrevistado à primeira pergunta, é possível afirmar que:” a alternativa “D) Ele responde à pergunta feita ampliando sua resposta com informações que lhe são pertinentes.” foi adequadamente indicada como correta, de acordo com o trecho transcrito a seguir:

“BBC News Brasil - Qual a definição de racismo recreativo?

Adilson José Moreira - O humor racista é uma forma com que pessoas brancas e instituições controladas por pessoas brancas expressam condescendência e ódio por minorias raciais, para reproduzir a ideia de que só pessoas brancas podem atuar de forma competente no espaço público. É um meio dessas pessoas ainda manterem uma visão, uma imagem positiva de si mesmos. O racismo recreativo tem sido usado no Brasil e em outros países para reproduzir a ideia de que minorias raciais não são atores sociais competentes.”

Segundo Moreira (2019) “Racismo recreativo: “conjunto de práticas sociais que operam por meio do uso de estratégico do humor hostil, do humor racista”. “Uma análise do conteúdo de piadas e brincadeiras racistas demonstra que seu conteúdo reproduzem uma série de estereótipos raciais baseados na suposta inferioridade moral, intelectual, estética, biológica, cultural de minorias raciais” ; portanto, há uma resposta abrangente que é ampliada, a resposta não se dá de forma objetiva, mas de modo ampliado, conforme alternativa indicada pelo gabarito.

A alternativa “B) O entrevistado apresenta um contexto prévio para só depois responder à pergunta.” não pode ser considerada correta conforme expresso anteriormente. A alternativa “A) Embora seja coerente, não pode ser considerada completa.” não pode ser indicada como correta conforme expresso anteriormente.

Fontes:

- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. Coesão textual. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Texto e coerência. 7. ed. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observando a estrutura morfológica das palavras a seguir, assinale a alternativa cujos exemplos demonstram vocábulos que apresentam o mesmo processo de formação.”, a alternativa “D) “recreativo” (1º§); “estratégico” (6º§); “cordialidade” (8º§).” foi adequadamente indicada como correta. As palavras são formadas por estruturas menores, com significados próprios. Para isso, há vários processos que contribuem para a formação das palavras. As palavras podem ser subdivididas em estruturas significativas menores - os morfemas, também chamados de elementos mórficos: – radical e raiz;– vogal temática;– tema;– desinências;– afixos;– vogais e consoantes de ligação. Radical: Elemento que contém a base de significação do vocábulo. Processos de formação das palavras: Composição: Formação de uma palavra nova por meio da junção de dois ou mais vocábulos primitivos. Temos: Justaposição: Formação de palavra composta sem alteração na estrutura fonética das primitivas, exemplos: passa + tempo = passatempo; gira + sol = girassol. Aglutinação: Formação de palavra composta com alteração da estrutura fonética das primitivas, exemplos: em + boa + hora = embora; vossa + mercê = você. Derivação: Formação de uma nova palavra a partir de uma primitiva. Temos: Prefixação: Formação de palavra derivada com acréscimo de um prefixo ao radical da primitiva, exemplos CONter, INapto, DESleal. Sufixação: Formação de palavra nova com acréscimo de um sufixo ao radical da primitiva, exemplos: cafezAL, meninINHa, loucaMENTE. Parassíntese: Formação de palavra derivada com acréscimo de um prefixo e um sufixo ao radical da primitiva ao mesmo tempo, exemplos: EMtardECER, DESanimADO, ENgravidAR. Derivação imprópria: Alteração da função de uma palavra primitiva, exemplo: Todos ficaram encantados com seu andar: verbo usado com valor de substantivo. Derivação regressiva: Ocorre a alteração da estrutura fonética de uma palavra primitiva para a formação de uma derivada. Em geral de um verbo para substantivo ou vice-versa, exemplos: combater – o combate; chorar – o choro.

Recreativo: Palavra primitiva/base: recrear (verbo que significa "divertir", "entreter"). Processo de formação: Derivação sufixal: Sufixo: -ivo (forma adjetivos com o sentido de "relativo a" ou "capaz de") recrear + -ivo = recreativo (adjetivo: que proporciona ou se relaciona com recreação/diversão).

Estratégico: Palavra base: estratégia. Processo de formação: Derivação sufixal: Sufixo: -ico (forma adjetivos com o sentido de "relativo a") estratégia + -ico = estratégico (adjetivo: relativo a estratégia).

Cordialidade: Palavra base: cordial (adjetivo, que significa "afetuoso", "gentil"). Sufixo: -idade (forma substantivos abstratos a partir de adjetivos, indicando qualidade ou estado) cordial + -idade = cordialidade (substantivo abstrato: qualidade de ser cordial, amável)

Negras: Flexão de gênero e número

Asiáticas: Derivação sufixal + flexão de gênero/número

Indígenas: Flexão de número

Insustentável: Palavra base: sustentar (verbo) Processos envolvidos: Prefixação: in- (negação) Sufixação: -ável (forma adjetivos com sentido de "que pode ser") Formação intermediária: sustentar ? sustentável (que pode ser sustentado) ? insustentável (que não pode ser sustentado) Tipo de formação: Derivação prefixal e sufixal

Supremacia: Palavra base: supremo (adjetivo, que significa "máximo", "superior") Sufixo: -acia (forma substantivos abstratos relacionados à qualidade ou condição) supremo + -acia ? supremacia (condição de ser supremo) Tipo de formação: Derivação sufixal

Democracia: Elementos de origem grega: demos = povo kratos = poder, governo Processo: Composição erudita (ou culta) – junção de radicais gregos Tipo de formação: composição por justaposição. Palavra composta por dois radicais gregos: demo- (povo) + -cracia (poder)

Miscigenado: Derivação sufixal (-ar, depois -ado) racismo Derivação sufixal (-ismo, a partir de "raça")

A alternativa "A" "negras" (6º§); "asiáticas" (6º§); "indígenas" (6º§)." não pode ser indicada como correta.

Negras: Palavra primitiva: negro. Formação: aqui não há derivação nem composição — apenas flexão de gênero e número (negro ? negra ? negras). Asiáticas: Palavra primitiva: Ásia. Formação: derivação sufixal (Ásia + -ático ? asiático; depois, flexão de gênero e número: asiática ? asiáticas). Processo: derivação sufixal + flexão. Indígenas: Palavra primitiva: vem diretamente do latim indígena ("nativo"). Para a gramática tradicional, não há derivação em português; é um caso de palavra derivada eruditamente do latim (empréstimo erudito). Depois recebe apenas flexão de número (indígena ? indígenas). Processo: derivação erudita (latina) + flexão. A alternativa "B" "exclusão" (8º§); "supremacia" (6º§); "democracia" (7º§)." não pode ser indicada como correta. A palavra exclusão é derivada de excluir por meio da derivação sufixal, com o acréscimo do sufixo nominal -ção, que forma substantivos de ação ou efeito. Portanto, exclusão é formada por derivação sufixal. Como "democracia" é formada por composição por justaposição, conforme expresso anteriormente, não pode a alternativa "B" ser indicada como correta.

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Diante da estrutura e ideias textuais apresentadas, pode-se afirmar que o texto tem como principal finalidade:”, a alternativa “D) Apresentar informações obtidas sobre o tema desenvolvido por meio de perguntas e respostas.” foi adequadamente indicada como correta. A entrevista é um gênero textual produzido pela interação entre duas pessoas, ou seja, o entrevistador, responsável por fazer perguntas, e o entrevistado, que responde às perguntas.

A entrevista possui uma função social muito importante, porque ela propõe um debate e através dela podemos obter esclarecimentos, formar uma opinião e nos posicionarmos de forma crítica. O texto da entrevista é marcado pela oralidade e, geralmente, tem função informativa. Há entrevistas de emprego, psicológicas, sociais, jornalísticas, por exemplo, as quais são veiculadas, sobretudo, pelos jornais, revistas, internet, televisão ou rádio. A entrevista é um gênero de caráter interacional, geralmente entre duas pessoas, organizado em turnos com uma pequena introdução sobre o entrevistado e o tema. O intercâmbio pode ser registrado em áudio e/ou vídeo e assim ser exibido (nos suportes em que a linguagem audiovisual é permitida), ou ser posteriormente transcrita e editada para publicação por escrito. A entrevista ainda pode ser feita com a interação já por escrito (por e-mail, por exemplo). O objetivo desse gênero é obter informações sobre a pessoa entrevistada ou sobre um tema/fato que a envolva. A alternativa “B) Promover a interação entre dois interlocutores acerca de assunto cotidiano da sociedade.” não pode ser indicada como correta. O texto, a entrevista transcrita, não tem como principal finalidade promover a interação, tal interação ocorre anteriormente ao texto. A alternativa “C) Debater o racismo como questão de interesse nacional em todos os segmentos da sociedade.” não pode ser considerada correta. O principal objetivo de uma entrevista não é debater, ainda que um debate possa ser estabelecido a partir das respostas apresentadas ao longo da entrevista. O enunciado questiona acerca da principal finalidade e não das possíveis finalidades.

Fonte:

- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) Gêneros Textuais e Ensino. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.
- MEDINA, C. Entrevista - O diálogo possível. São Paulo: Ática, 1986.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No excerto, lê-se “the Sorbonne, where she obtained Licenciateships...” e “Cracow, which at that time was under Austrian rule” (Nobel Prize, *Marie Curie – Biographical*). O termo *where* é um advérbio relativo de lugar, usado para introduzir orações que indicam o local em que determinada ação acontece. Nesse caso, indica o lugar em que Marie Curie obteve suas licenciaturas, e não exerce a função de sujeito, tampouco substitui uma pessoa. O sujeito da oração é “she” (Marie Curie). Gramáticas de referência, como Cambridge e Oxford, explicam que *where* equivale a “in/at which” e sempre se refere a um local, não a um agente ou sujeito. Já o termo *which*, por sua vez, é um pronome relativo empregado para coisas e, entre vírgulas, introduz uma oração relativa não-definidora, que acrescenta uma informação extra. É exatamente o que ocorre no trecho “Cracow, which at that time was under Austrian rule”, em que a oração fornece informação adicional sobre a condição política de Cracóvia, sem restringir sua identificação. Portanto, a alternativa correta é a letra C, pois descreve com precisão a função do relativo *which* nesse contexto, enquanto a alternativa D apresenta interpretação incorreta. Dessa forma, o gabarito permanece inalterado.

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As conjunções que indicam consequência são conjunções subordinativas consecutivas. Elas introduzem orações que expressam a consequência do que foi dito na oração principal. Exemplos: de forma que, de maneira que, de modo que, que (quando seguido de “tal”, “tão”, “tanto”, “tamanho”). Dessa forma, conclui-se que apenas a opção de resposta D atende ao questionamento abordado, tendo em vista que as demais opções de respostas expressam ideia de: oposição (C); explicação (A); e conformidade (B).

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA
20

Recurso Procedente. Altera-se o gabarito para a alternativa B.

A questão aborda em seu enunciado a forma para organizar os itens da área de trabalho em ordem alfabética, clicando com o botão direito do mouse na área de trabalho. Dessa forma, para realizar o solicitado é preciso clicar com o botão direito, “Classificar por” e, em seguida, “Nome”. Portanto, alternativa correta é letra B) “Classificar por” e, em seguida, “Nome”, tornando o recurso improcedente.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/topic/como-organizar-ou-mover-%C3%ADcones-na-%C3%A1rea-de-trabalho-70e4d22a-d760-5585-449f-2a14c417f84c>

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A competência do Presidente da República, no que se refere ao Conselho da República a nomeação de seus membros e não sua escolha, conforme determina o inciso XVII, do artigo 84. Assim, não assiste razão à argumentação sobre a alternativa A como possível gabarito. Recurso Improcedente.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O artigo 11 da Lei de Acesso à Informação, o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Contudo, o § 1º estabelece uma exceção ao determinar que “Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias”. Assim, a alternativa B não deverá ser considerada correta. Por outro lado, a previsão da alternativa C reproduz diretamente o texto contido no art.10. § 3º “São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público”. Recurso Improcedente.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D não pode ser tida como correta, pois está em desacordo com a Lei Orgânica do Município de Vermelho Novo, especialmente o Art. 90 A, IV, c:

Art. 90 A. Não serão nomeados, designados ou contratados, a título comissionado, para o exercício de funções, cargos públicos ou políticos e empregos na Administração Pública Direta e Indireta Municipal: (Redação incluída pela emenda nº 03/2024) [...] IV - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pelos crimes: (Redação incluída pela emenda nº 03/2024) c) contra o meio ambiente e a saúde pública; (Redação incluída pela emenda nº 03/2024)

Logo, a alternativa B é a única que responde corretamente a questão, já reproduz o teor do §4º do art. 90 A:

§ 4º Compete à Procuradoria do Município, quando questionada, emitir parecer conclusivo, em cada caso, acerca do enquadramento nas hipóteses previstas nos incisos I a XIV deste artigo.

Cargo: Soldador

BRANCA
05

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O gabarito preliminar foi divulgado com a alternativa **A** como correta, pois a divisão silábica do vocábulo “ideia” está de acordo com a norma culta da língua (i-dei-a). Contudo, a palavra “benefício”, paroxítona terminada em ditongo, também apresenta a separação correta (be-ne-fí-cio). Dessa forma, a questão possui duas alternativas que atendem ao enunciado, devendo ser anulada.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2024.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta como situação-problema que Joana e sua avó normalmente começam os preparos um dia após a feira (segunda-feira), mas, por conta da atividade escolar de Joana, há a necessidade de uma pausa de dois dias.

O conectivo “mas” foi empregado em seu valor adversativo, introduzindo uma oposição à ideia de início imediato dos preparos na segunda-feira. Logo, a interpretação correta é a de que não houve início na segunda-feira, em razão da pausa obrigatória, sendo o início efetivo transferido para a quarta-feira.

Assim, ao retomarem os preparos na quarta-feira e trabalharem por três dias consecutivos (quarta, quinta e sexta), o término ocorre na sexta-feira.

Portanto, não há ambiguidade quanto à interpretação adequada do enunciado: o gabarito oficial da questão deve ser mantido como sexta-feira.

Joana começa sempre na segunda dia após a feira de domingo, mas devido a uma atividade escolar atrasou o início em dois dias, logo ficando a segunda e terça em ajudar a avó. Sendo assim, recomeçam na quarta-feira, com mais 3 dias e trabalho, logo quarta, quinta e finalizando na sexta-feira.

Portanto, finalizaram a produção de doces na sexta-feira.

Fontes:

- IEZZI, Gelson. Matemática: Ciência e Aplicações. Atual, 2012.

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A banca examinadora considerou-o como procedente, e altera o gabarito preliminar considerando correta a alternativa B.

O enunciado solicitava a identificação de um dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, no tocante a educação.

Alternativa A: Ao mencionar “*educação básica exclusivamente pública, gratuita e de tempo integral para todos os cidadãos, sem exceção*”, a assertiva apresenta dois pontos em desacordo com a Constituição Federal:

1. O artigo 209 da CF/88 estabelece que o ensino é livre a iniciativa privada desde que se obtenha: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.
2. O artigo 208 (CF/88, VII) prevê a progressiva ampliação do atendimento, mas não há, no documento, a garantia do tempo integral e nem este regime sendo estabelecido a todos de forma obrigatória.

Alternativa B: Está em consonância com a Constituição Federal, especialmente nos artigos 205 e 206 da CF/1988 pois, além de *garantir o ensino básico gratuito*, ainda promove *o desenvolvimento do pensamento crítico, das artes, da pesquisa e do saber*:

1. Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
2. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Portanto, a alternativa B apresenta-se como única alinhada ao texto constitucional e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, enquanto a alternativa A contém afirmações que não correspondem fielmente às garantias previstas.

Fontes:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>.

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O título de um texto é uma palavra, frase ou expressão que resume o tema central do texto e serve como um guia para o leitor, indicando o assunto que será abordado. Ele é essencial para despertar o interesse do leitor e orientá-lo sobre o conteúdo do texto. São funções do título:

Identificar o texto: o título nomeia o texto e o distingue de outros;

Atrair o leitor: um bom título deve despertar o interesse do leitor e incentivá-lo a ler o texto;

Dar uma ideia do conteúdo: o título deve fornecer uma visão geral do tema abordado no texto; e

Orientar a leitura: o título ajuda o leitor a entender a linha de raciocínio do texto e a identificar as principais ideias.

Tendo em vista as opções de respostas apresentadas para análise, a única coerente é: o “cão”, citado no título, demonstra conter um caráter intencional dando uma ideia do conteúdo. As demais informações são ideias assessórias e/ou inadequadas ao texto; observe: provoca uma dúvida no leitor quanto ao assunto a ser desenvolvido no texto; a expressão “apenas” chama a atenção do leitor garantindo uma consequência desagradável; e o efeito de sentido produzido pelo título garante um conteúdo de demasiado otimismo.

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a narradora, existe uma expectativa do cãozinho: ele fica à espera de uma palavra ou de um gesto; ele a olha de modo suplicante. Tal fato pode ser comprovado através do trecho: “E ele estava na minha frente, inábil, como envergonhado de se achar tão sujo e doente, com o envelhecido olhar numa espécie de súplica” (2º§). No entanto, as demais afirmativas apresentadas para análise estão em conformidade com o texto; observe: “E um triste cãozinho doente, com todo o corpo ferido; gastas, as mechas brancas do pelo; o olhar dorido e profundo, com esse lustro de lágrima que há nos olhos das pessoas muito idosas. Com um grande esforço, acaba de levantar-se” (1º§): comprova a opção de resposta A; “Subidos, de ânimo leve e descansado passo, os quarenta degraus do jardim – plantas em flor, de cada lado; borboletas incertas; salpicos de luz no granito –, eis-me no patamar. E a meus pés, no áspero capacho de coco, à frescura da cal do pórtico, um cãozinho triste interrompe o seu sono, levanta a cabeça e fita-me” (1º§) e “Ele ia descendo como um velhinho andrajoso, esfarrapado, de cabeça baixa, sem firmeza e sem destino” (5º§): comprova a opção de resposta C; e “Esteve ao meu alcance, talvez tivesse fome e sede: e eu nada fiz por ele; amei-o, apenas, com uma caridade inútil, sem qualquer expressão concreta. Deixei-o partir, assim, humilhado, e tão digno, no entanto; como alguém que respeitosamente pede desculpas de ter ocupado um lugar que não era o seu” (5º§): comprova a opção de resposta B.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tendo em vista que, de acordo com o contexto, as palavras podem adquirir significados variados, as expressões “inábil” e súplica” significam, respectivamente: incapaz e pedido. Dessa forma, não há alteração de sentido em: “E ele estava na minha frente, incapaz, como envergonhado de se achar tão sujo e doente, com o envelhecido olhar numa espécie de pedido”.

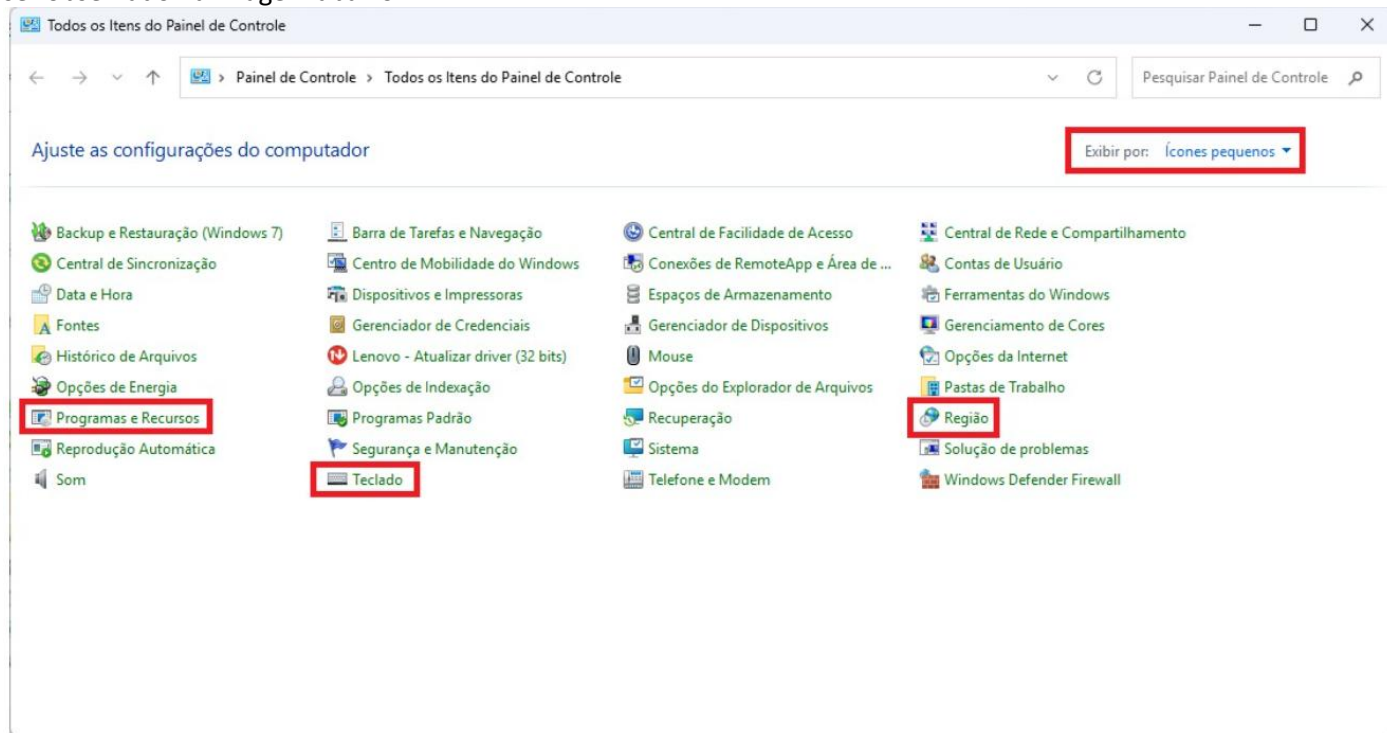
Fonte:

- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No Sistema Operacional Windows 11 (configuração padrão - idioma Português Brasil) com o modo de visualização apontado na situação hipotética (exibição por itens pequenos), apenas o Visualizador de Eventos não é uma opção do painel de controles; ele é um recurso válido do Windows 11, porém disponibilizado por outro acesso, conforme pode ser observado na imagem abaixo:



Conforme pode-se observar na imagem, no cenário hipotético devidamente apresentado no comando da questão, os recursos região; teclado e; programas e recursos estão disponíveis no painel. A única exceção, que foi a solicitação da questão, é o recurso visualizador de eventos que não faz parte desse contexto.

Com base nos recursos apresentados a banca julga o recurso improcedente mantendo o gabarito preliminar.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Foi apresentada como objeto da questão a ferramenta Microsoft Office Excel 2007 na sua configuração padrão e idioma Português do Brasil; o comando da questão solicita o apontamento da única opção válida para adicionar as células especificadas por um determinado critério ou condição. Dentre as alternativas apresentadas, apenas e exclusivamente a função SOMASE atende ao que é solicitado para o comando da questão. Segundo a fabricante da ferramenta (MICROSOFT), em sua ajuda eletrônica, a função "SOMASE" tem por finalidade adicionar as células especificadas por um determinado critério ou condição.

As demais alternativas são funções válidas, porém com outras finalidades, como pode ser observado abaixo:

SOMA: soma seus argumentos.

SOMASES: soma as células de um intervalo que atendem a vários critérios

SOMASEQUÊNCIA: Retorna a soma de uma série de potência baseada na fórmula.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A readaptação não enseja vacância, tendo em vista que é forma de investidura (e não de vacância) do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade. O fato de não gerar redução da remuneração também reforça essa situação. Além disso, o art. 42 do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Vermelho Novo também não prevê a readaptação como forma de vacância.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015, Art. 11), o desenho universal é definido como a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”.

Nesse sentido, a alternativa considerada correta é aquela que expressa de forma fiel o disposto na legislação, isto é, o desenho universal como uma concepção que já nasce inclusiva e acessível a todos, sem depender de adaptações posteriores.

A alternativa D, ao afirmar que o desenho universal é válido “mesmo que exija adaptações posteriores”, apresenta uma incongruência, pois pressupõe a necessidade de ajustes após a concepção, o que contraria a essência do conceito previsto em lei. O foco do desenho universal não está em remediar barreiras posteriormente, mas em garantir desde a origem a acessibilidade plena.

Dessa forma, o recurso foi considerado improcedente, permanecendo como correta apenas a alternativa que corresponde ao conceito legal de desenho universal.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996, Art. 59, inciso I), é assegurado aos estudantes com altas habilidades/superdotação “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Do mesmo modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) orienta que esse público deve ter garantido o acesso ao enriquecimento curricular, entendido como a ampliação de oportunidades de aprendizagem, de modo a favorecer o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015, Art. 27) reforça o dever do Estado em assegurar sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis, garantindo não apenas o acesso ao currículo comum, mas também a oferta de serviços e estratégias específicas que eliminem barreiras e promovam condições de aprendizagem condizentes com as particularidades de cada estudante.

Nesse sentido, a alternativa C apresenta-se como a única correta, pois corresponde às diretrizes da LDB, da LBI e da Política Nacional de Educação Especial, ao prever expressamente o enriquecimento curricular como estratégia de atendimento escolar para estudantes com altas habilidades/superdotação.

Já a alternativa D, ao dispor que a escola deve “manter o estudante no currículo-padrão, sem adaptações, para garantir equidade entre todos os alunos”, mostra-se incorreta, uma vez que nega a necessidade de estratégias específicas e suplementares previstas na legislação. A simples manutenção no currículo-padrão, sem considerar medidas de enriquecimento, configura omissão das responsabilidades pedagógicas da escola diante das singularidades desse estudante, o que contraria diretamente o disposto nos marcos legais citados.

Dessa forma, o recurso foi considerado improcedente, permanecendo como correta apenas a alternativa C, que se coaduna com os princípios da inclusão escolar e com as normativas legais aplicáveis.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A legislação vigente estabelece de forma precisa as atribuições desse profissional. A Lei nº 12.319/2010, ao regulamentar a profissão, dispõe em seu art. 6º que compete ao tradutor-intérprete “efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdocegos, por meio da Libras – Língua Brasileira de Sinais, para a Língua Portuguesa e desta para a Libras”. Tal redação evidencia que a atribuição central é a mediação linguística, não cabendo ao TILS assumir funções de apoio pedagógico ou de ensino.

Nesse mesmo sentido, a Lei nº 14.704/2023, que atualiza e consolida a regulamentação da atividade, é categórica ao estabelecer que a principal responsabilidade do TILS é a tradução e a interpretação da Libras e da Língua Portuguesa, em todos os espaços educacionais, de modo a assegurar a acessibilidade comunicacional aos estudantes surdos. Essa lei também reforça que as atribuições pedagógicas — como o planejamento, a adaptação e a condução das práticas de ensino — são de responsabilidade exclusiva dos docentes.

Diante disso, constata-se que a alternativa C é a única correta, pois traduz fielmente a função legalmente atribuída ao TILS: traduzir e interpretar os conteúdos e interações em sala de aula e no contexto escolar mais amplo. Já a alternativa D se mostra incorreta, uma vez que desloca para o tradutor-intérprete uma responsabilidade pedagógica de “apoio ao estudante surdo” que não lhe compete, contrariando diretamente o disposto nas legislações que regem a profissão. Dessa forma, o recurso foi considerado improcedente, permanecendo como correta apenas a alternativa C, em consonância com as normativas legais vigentes.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2 set. 2010.
- BRASIL. Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023. Dispõe sobre o exercício da atividade de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 162, n. 204, p. 1, 26 out. 2023.

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Revolta” significa: ato ou efeito de revoltar-se; agitação com sentimento de indignação; inquietação; perturbação. Depreende-se, a partir das ideias evidenciadas ao longo do texto, que o jovem marido demonstra um sentimento de “revolta”. Observe através dos trechos a seguir relacionados: “Como é que vou matar um pássaro só porque o conheiro há menos tempo do que vocês?” (3º§); “Com repugnância pela obra de misericórdia que ia praticar, ele aproximou-se da gaiola” (7º§); “E saiu para a rua, pequenino por dentro, angustiado, achando a condição humana uma droga” (10º§); “O sacrificador, esse, ficara rodando por aí, e seu desejo seria não voltar para casa nem para dentro de si mesmo” (11º§); “– Ele estava precisando mesmo era de éter – concluiu o estrangulador, que se sentiu ressuscitar, por sua vez” (15º§). Dessa forma, é possível perceber o sentimento de revolta do jovem marido. Sentir-se revoltado significa estar profundamente indignado, com raiva e inconformismo diante de uma situação ou circunstância. É um sentimento de protesto, de recusa, de não aceitação do que foi feito.

BRANCA
37

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Em atenção ao referido recurso e refazendo a leitura do tópico I, identifiquei que um erro na construção, pois a frase correta é: A terapia ocupacional realiza confecção, treinamento e aconselhamento de órteses para membros superiores e inferiores, placas de comunicação aumentativa e alternativa, adaptações de dispositivos para alimentação e/ou autocuidado.

Conceitualmente, a tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, define-se como “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (LBI, 2015).

Diante disso, entende-se que a confecção de recursos de Tecnologia Assistiva é um recurso que a Terapia Ocupacional irá utilizar nos diversos contextos, como na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Portanto, considera-se o pedido de anulação DEFERIDO.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 09 set. 2025.

BRANCA
39

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Conforme Campos, et al (2025, p. 6), quanto a indicação do uso de órtese noturna em pacientes com Rizartrorse “prende-se com a necessidade de imobilizar a articulação TMC do polegar, com o objetivo de evitar o desenvolvimento de contraturas, manter amplitudes após o estiramento passivo e posicionar a articulação da TMC do polegar, permitindo a outras articulações executar corretamente a sua função”. Já a indicação do uso diurno “deve-se

ao facto da mesma proporcionar alívio da sintomatologia, suportar a articulação TMC do polegar, diminuir o risco de contraturas, proporcionar o uso gradual da força e movimento e, ainda, maximizar o desempenho funcional e adequação à exigência das atividades” (p.6).

No que diz respeito à indicação do uso noturno da órtese, o item IV, quando aponta: “Proporciona o uso gradual da força e do movimento; maximiza o desempenho funcional”, relaciona-se ao uso diurno da órtese e não noturno, conforme foi solicitado. Diante de tal fato, o recurso, solicita a anulação da questão, sendo deferido pela banca.

Fonte:

- CAMPOS, Inês de Jesus Tripa, et al. Intervenção da terapia ocupacional na força de preensão e pinça manual: estudo de caso de uma doente com Rizartrose. Revista Contemporânea, v. 5, n. 3, 2025.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os autores Leite e Sposito (2024) para fundamentarem a afirmação de que a dispraxia influencia o desenvolvimento psicossocial tomou como base autores como Rosa Neto e Bianco (2018) que publicaram os seus estudos na Revista Movimenta da Universidade Estadual de Goiás, com Classificação Qualis CAPES (2017-2020) como B3, bem como no livro publicado por Rosa Neto, 2020, 4 ed. Diante disso, entende-se que Leite e Sposito (2024) se basearam em outras referências para a construção de seu artigo.

Para as autoras, “o termo dispraxia se refere a uma disfunção do desenvolvimento motor nas áreas da coordenação, propriocepção e percepção” (p. 76), além disso, “influencia o desenvolvimento psicossocial (comportamento, emoções, relações interpessoais), neurológico (funções executivas do planejamento, organização e execução), motor (componentes psicomotores) e físico (postura, sedentarismo etc.)” (Leite e Sposito, 2024, p. 76).

Diante do exposto, considera o presente recurso como improcedente.

Fontes:

- LEITE, A. X.; SPOSITO, A. M. P. Análise do perfil psicomotor de crianças com transtorno do espectro autista acompanhadas pela Terapia Ocupacional. Revista Científica Digital. 2024.
- ROSA NETO, F.; BIANCO, C. D. Dispraxias - identificação precoce nos transtornos de desenvolvimento e aprendizagem na Educação Infantil. Movimenta, v. 11, n. 3, p. 2349-356, 2018.
- ROSA NETO, F. Manual de Avaliação Motora EDM III: Intervenção na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial. 4. ed. Florianópolis: EDM Editora, 2020.

Cargo: Tesoureiro

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As conjunções que indicam consequência são conjunções subordinativas consecutivas. Elas introduzem orações que expressam a consequência do que foi dito na oração principal. Exemplos: de forma que, de maneira que, de modo que, que (quando seguido de “tal”, “tão”, “tanto”, “tamanho”). Dessa forma, conclui-se que apenas a opção de resposta D atende ao questionamento abordado, tendo em vista que as demais opções de respostas expressam ideia de: oposição (C); explicação (A); e conformidade (B).

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O título do texto é uma parte crucial de qualquer obra escrita, que serve para orientar a leitura e despertar o interesse do leitor. Ele deve ser conciso e preciso, fornecendo uma ideia clara sobre o conteúdo do texto. O título também ajuda a estabelecer vínculos com informações textuais e extratextuais, contribuindo para a orientação da conclusão do leitor. Em “Banhos de mar”, depreende-se que a principal temática desenvolvida no texto evidencia que o título comprova toda a abordagem textual, já que os “banhos de mar” eram considerados uma terapia. As demais afirmações dadas para análise, apresentam erros evidentes; observe: os fatos revelados são próprios de uma vertente ideológica que visa persuadir o leitor; a ideia diária de ir à praia mostra a melhor maneira de passar as férias em Olinda; e o confronto de ações ao longo do texto evidencia a animação e alegria dos banhistas na praia.

BRANCA
20

Recurso Procedente. Altera-se o gabarito para a alternativa B.

A questão aborda em seu enunciado a forma para organizar os itens da área de trabalho em ordem alfabética, clicando com o botão direito do mouse na área de trabalho. Dessa forma, para realizar o solicitado é preciso clicar com o botão direito, “Classificar por” e, em seguida, “Nome”. Portanto, alternativa correta é letra B) “Classificar por” e, em seguida, “Nome”, tornando o recurso improcedente.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/topic/como-organizar-ou-mover-%C3%ADcones-na-%C3%A1rea-de-trabalho-70e4d22a-d760-5585-449f-2a14c417f84c>

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O artigo 11 da Lei de Acesso à Informação, o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Contudo, o § 1º estabelece uma exceção ao determinar que “Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias”. Assim, a alternativa B não deverá ser considerada correta. Por outro lado, a previsão da alternativa C reproduz diretamente o texto contido no art.10. § 3º “São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público”. Recurso Improcedente.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D não pode ser tida como correta, pois está em desacordo com a Lei Orgânica do Município de Vermelho Novo, especialmente o Art. 90 A, IV, c:

Art. 90 A. Não serão nomeados, designados ou contratados, a título comissionado, para o exercício de funções, cargos públicos ou políticos e empregos na Administração Pública Direta e Indireta Municipal: (Redação incluída pela emenda nº 03/2024) [...] IV - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pelos crimes: (Redação incluída pela emenda nº 03/2024) c) contra o meio ambiente e a saúde pública; (Redação incluída pela emenda nº 03/2024)

Logo, a alternativa B é a única que responde corretamente a questão, já reproduz o teor do §4º do art. 90 A:

§ 4º Compete à Procuradoria do Município, quando questionada, emitir parecer conclusivo, em cada caso, acerca do enquadramento nas hipóteses previstas nos incisos I a XIV deste artigo.

BRANCA
05

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O gabarito preliminar foi divulgado com a alternativa **A** como correta, pois a divisão silábica do vocábulo “ideia” está de acordo com a norma culta da língua (i-dei-a). Contudo, a palavra “benefício”, paroxítona terminada em ditongo, também apresenta a separação correta (be-ne-fí-cio). Dessa forma, a questão possui duas alternativas que atendem ao enunciado, devendo ser anulada.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2024.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta como situação-problema que Joana e sua avó normalmente começam os preparos um dia após a feira (segunda-feira), mas, por conta da atividade escolar de Joana, há a necessidade de uma pausa de dois dias. O conectivo “mas” foi empregado em seu valor adversativo, introduzindo uma oposição à ideia de início imediato dos preparos na segunda-feira. Logo, a interpretação correta é a de que não houve início na segunda-feira, em razão da pausa obrigatória, sendo o início efetivo transferido para a quarta-feira.

Assim, ao retomarem os preparos na quarta-feira e trabalharem por três dias consecutivos (quarta, quinta e sexta), o término ocorre na sexta-feira.

Portanto, não há ambiguidade quanto à interpretação adequada do enunciado: o gabarito oficial da questão deve ser mantido como sexta-feira.

Joana começa sempre na segunda dia após a feira de domingo, mas devido a uma atividade escolar atrasou o início em dois dias, logo ficando a segunda e terça em ajudar a avó. Sendo assim, recomeçam na quarta-feira, com mais 3 dias e trabalho, logo quarta, quinta e finalizando na sexta-feira.

Portanto, finalizaram a produção de doces na sexta-feira.

Fontes:

- IEZZI, Gelson. Matemática: Ciência e Aplicações. Atual, 2012.
- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca fez novamente uma verificação na questão não encontrando problemas em sua resolução ou gabarito, segue abaixo justificativa e resolução:

São frutas: laranjas, bananas e maçãs, sabonetes e doces não entram na conta, logo:

Laranjas: $3 \times 12 = 36$

Bananas: $2 \times 12 = 24$

Maçãs: $1 \times 12 = 12$

Total de frutas: $36 + 24 + 12 = 72$

Logo como Paulo conseguiu todos os itens da lista, ele conseguiu 72 frutas no total.

Fonte:

- BASTOS, Cleverson Leite e Keller, Vicente. Aprendendo Lógica. Petrópolis, Vozes, 2005, 14 edição.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A banca examinadora considerou-o como procedente, e altera o gabarito preliminar considerando correta a alternativa B.

O enunciado solicitava a identificação de um dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, no tocante a educação.

Alternativa A: Ao mencionar “*educação básica exclusivamente pública, gratuita e de tempo integral para todos os cidadãos, sem exceção*”, a assertiva apresenta dois pontos em desacordo com a Constituição Federal:

1. O artigo 209 da CF/88 estabelece que o ensino é livre a iniciativa privada desde que se obtenha: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.
2. O artigo 208 (CF/88, VII) prevê a progressiva ampliação do atendimento, mas não há, no documento, a garantia do tempo integral e nem este regime sendo estabelecido a todos de forma obrigatória.

Alternativa B: Está em consonância com a Constituição Federal, especialmente nos artigos 205 e 206 da CF/1988 pois, além de *garantir o ensino básico gratuito*, ainda promove *o desenvolvimento do pensamento crítico, das artes, da pesquisa e do saber*:

1. Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
2. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Portanto, a alternativa B apresenta-se como única alinhada ao texto constitucional e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, enquanto a alternativa A contém afirmações que não correspondem fielmente às garantias previstas.

Fontes:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>.

Cargo: Operador de Máquinas

BRANCA
05

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O gabarito preliminar foi divulgado com a alternativa **A** como correta, pois a divisão silábica do vocábulo “ideia” está de acordo com a norma culta da língua (i-dei-a). Contudo, a palavra “benéfico”, paroxítona terminada em ditongo, também apresenta a separação correta (be-ne-fí-cio). Dessa forma, a questão possui duas alternativas que atendem ao enunciado, devendo ser anulada.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2024.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A banca examinadora considerou-o como procedente, e altera o gabarito preliminar considerando correta a alternativa B.

O enunciado solicitava a identificação de um dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, no tocante a educação.

Alternativa A: Ao mencionar “*educação básica exclusivamente pública, gratuita e de tempo integral para todos os cidadãos, sem exceção*”, a assertiva apresenta dois pontos em desacordo com a Constituição Federal:

1. O artigo 209 da CF/88 estabelece que o ensino é livre a iniciativa privada desde que se obtenha: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.
2. O artigo 208 (CF/88, VII) prevê a progressiva ampliação do atendimento, mas não há, no documento, a garantia do tempo integral e nem este regime sendo estabelecido a todos de forma obrigatória.

Alternativa B: Está em consonância com a Constituição Federal, especialmente nos artigos 205 e 206 da CF/1988 pois, além de *garantir o ensino básico gratuito*, ainda promove *o desenvolvimento do pensamento crítico, das artes, da pesquisa e do saber*:

1. Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
2. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Portanto, a alternativa B apresenta-se como única alinhada ao texto constitucional e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, enquanto a alternativa A contém afirmações que não correspondem fielmente às garantias previstas.

Fontes:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>.

Cargo: Zelador de Cemitério

BRANCA
05

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O gabarito preliminar foi divulgado com a alternativa **A** como correta, pois a divisão silábica do vocábulo “ideia” está de acordo com a norma culta da língua (i-dei-a). Contudo, a palavra “benefício”, paroxítona terminada em ditongo, também apresenta a separação correta (be-ne-fí-cio). Dessa forma, a questão possui duas alternativas que atendem ao enunciado, devendo ser anulada.

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 40. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2024.

BRANCA
28

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A banca examinadora considerou-o como procedente, e altera o gabarito preliminar considerando correta a alternativa B.

O enunciado solicitava a identificação de um dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, no tocante a educação.

Alternativa A: Ao mencionar “*educação básica exclusivamente pública, gratuita e de tempo integral para todos os cidadãos, sem exceção*”, a assertiva apresenta dois pontos em desacordo com a Constituição Federal:

1. O artigo 209 da CF/88 estabelece que o ensino é livre a iniciativa privada desde que se obtenha: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.
2. O artigo 208 (CF/88, VII) prevê a progressiva ampliação do atendimento, mas não há, no documento, a garantia do tempo integral e nem este regime sendo estabelecido a todos de forma obrigatória.

Alternativa B: Está em consonância com a Constituição Federal, especialmente nos artigos 205 e 206 da CF/1988 pois, além de *garantir o ensino básico gratuito*, ainda promove *o desenvolvimento do pensamento crítico, das artes, da pesquisa e do saber*:

1. Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
2. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Portanto, a alternativa B apresenta-se como única alinhada ao texto constitucional e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, enquanto a alternativa A contém afirmações que não correspondem fielmente às garantias previstas.

Fontes:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>.

Cargo: Monitor de Transporte Escolar

BRANCA
20

Recurso Procedente. Altera-se o gabarito para a alternativa B.

A questão aborda em seu enunciado a forma para organizar os itens da área de trabalho em ordem alfabética, clicando com o botão direito do mouse na área de trabalho. Dessa forma, para realizar o solicitado é preciso clicar com o botão direito, “Classificar por” e, em seguida, “Nome”. Portanto, alternativa correta é letra B) “Classificar por” e, em seguida, “Nome”, tornando o recurso improcedente.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/topic/como-organizar-ou-mover-%C3%ADcones-na-%C3%A1rea-de-trabalho-70e4d22a-d760-5585-449f-2a14c417f84c>

III
DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

06 de outubro de 2025.
INSTITUTO CONSULPLAN